

JORGE VALA • MARIA BENEDICTA MONTEIRO  
COORDENADORES

# PSICOLOGIA SOCIAL

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

ociais

Reservados todos os direitos de harmonia com a lei  
Edição da  
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN  
Av. de Berna | Lisboa  
1993

ISBN 972-31-0595-0

# Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social

Jorge Vala

Na década de 50, um longo debate em torno da psicanálise mobilizou, em Paris, intelectuais e estudantes universitários. Este debate, nascido em tertúlias relativamente fechadas, repercutiu-se na imprensa e penetrou o tecido social. Em três anos (1953-1956), um total de 230 jornais e revistas não especializados publicaram cerca de 1600 artigos sobre a psicanálise. Em 1961, Moscovici publicava um trabalho sobre a apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais.

Com base em estudos realizados através de questionário e da análise de conteúdo da imprensa, aquele autor lançava uma problemática específica – como é consumida, transformada e utilizada pelo homem comum uma teoria científica – e uma problemática mais geral – como constrói o homem a realidade. No quadro de análise destas problemáticas, Moscovici propõe o conceito de representação social.

Logo no começo, o projecto de Moscovici revelava-se, a um tempo, vasto e específico. Específico, no sentido em que visa a compreensão de

um fenómeno *particular*<sup>1</sup> dos nossos dias – a difusão e apropriação do conhecimento científico, das suas teorias e conceitos pelo homem comum. Estaríamos em presença de uma nova imagem do homem enquanto *cientista amador* (Moscovici, 1976). Um protótipo desta imagem será Woody Allen, utilizando nos diálogos dos seus filmes toda a panóplia de conceitos psicanalíticos. E um protótipo da pesquisa sobre as representações sociais, nesta primeira perspectiva, será a obra de Moscovici sobre a representação da psicanálise.

Mas o projecto de Moscovici envolve um problema de âmbito mais vasto ou *universal* no sentido em que propõe a análise dos processos através dos quais os indivíduos em interacção social constroem teorias sobre os objectos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos (Moscovici, 1969). Neste outro sentido, mais amplo, as representações sociais alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comu-

<sup>1</sup> A distinção entre a acepção *particular* e *universal* do conceito de representação social é proposta por Billig (1988). Uma vez que o conceito não é aqui abordado na sua acepção particular, remete-se o leitor interessado para um texto de Moscovici e Hewstone (1984) sobre a transformação das teorias científicas em saber comum.

nações quotidianas. Poderá então definir-se uma representação social como

«Uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social» (Jodelet, 1989 a, p. 36).

Nesta acepção, as representações sociais referem um fenómeno comum a todas as sociedades — a produção de sentido. Elas são:

«Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum» (Moscovici, 1981, p. 181).

Mas ainda nesta mesma acepção, o conceito reveste elementos de *particularização*, na medida em que assume que as representações sociais, hoje, são apenas os *equivalentes* dos mitos ou dos sistemas de crenças próprios de outras sociedades ou tempos históricos:

«As representações sociais de que me ocupo não são as das sociedades primitivas, nem o que delas resta no subsolo da nossa cultura. São as da nossa sociedade actual, do nosso solo político, científico e humano, e que nem sempre tiveram o tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornaria tradições imutáveis» (Moscovici, 1984 a, p. 181).

Exemplos prototípicos da investigação das representações sociais nesta segunda acepção são as pesquisas de Herzlich (1969) sobre a saúde e a doença e as de Jodelet (1989 b) sobre a doença mental.

Este duplo alcance do conceito de representação social, enquanto conceito *particular* e *universal*, torna problemática a sua utilização corrente. É na sua acepção *universal*, embora envolvendo

elementos de *particularização*, que dele aqui se tratará.

Organizámos este capítulo em duas partes. Na primeira, o leitor poderá encontrar uma sistematização das principais questões sobre as quais se tem debruçado a literatura no campo da análise das representações sociais, tendo havido a preocupação de apresentar os pontos de vista mais sólidos e mais consensuais sobre essas questões. Na segunda parte, assume-se um posicionamento bem mais exploratório, procurando-se apresentar pontos de vista menos solidificados ou questões que são objecto de debate neste domínio. A segunda parte recorre, aliás, a conceitos e processos expostos noutros capítulos, para os quais se remete o leitor.

## I. A construção de um conceito e de um fenómeno

*Tudo que vemos é outra coisa.  
A maré vasta, a maré ansiosa,  
É o eco de outra maré que está  
Onde é real o mundo que há.*  
(in *Fausto*, F. Pessoa)

### 1. O campo do conceito de representação social

#### a) A representação como construção de um objecto e expressão de um sujeito

Toda a psicologia de raiz não estritamente comportamentalista utiliza, de forma mais ou menos saliente, e muito embora com diferenciações não desprezíveis, o conceito de representação. Embora correndo o risco de uma exagerada

simplificação, dir-se-á que as representações podem ser entendidas, num primeiro ponto de vista, como um reflexo do mundo exterior, como «reflexo interno duma realidade externa, reprodução conforme no espírito do que se encontra fora do espírito» (Moscovici, 1969, p. 9). Estas *reproduções* mentais do mundo e dos outros que *estão aí* serão o produto de processos psicológicos e revestirão assim uma maior ou menor correcção. Numa outra perspectiva, considera-se «que não há corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo, que o sujeito e o objecto não são essencialmente distintos» (Moscovici, 1969, p. 9). Nesta segunda aceção, a representação não é entendida como reprodução, mas como *construção*. É este o estatuto epistemológico e teórico que Moscovici atribui ao conceito de representação e no quadro do qual desenvolve o conceito de representação social.

Enunciemos ainda outra questão. Qual o lugar da representação, assim entendida, face aos estímulos e às respostas, para tomarmos dois conceitos tradicionais em psicologia. Nos modelos S-O-R, pressupõe-se que as representações constituem mediações entre os estímulos e as respostas. Esta posição foi durante muitos anos largamente consensual, mas os avanços da psicologia cognitiva (Markus e Zajonc, 1985) conduziram ao pressuposto do primado das representações, expresso nos modelos O-S-O-R. Ou seja, as representações não são já, ou não são apenas, mediações, são factores constituintes do estímulo e modeladores da resposta, na medida em que «dominam todo o processo» (Markus e Zajonc, 1985, p. 138).

É esta posição que Moscovici vem formulando desde 1961 e que ilustrou de forma simples e exemplar, como se vê na figura 1. Enquanto no modelo precedente a representação assume o estatuto de uma variável mediacional, ela recebe agora o estatuto de variável independente.

Recorramos a duas experiências, realizadas num outro contexto e com outros objectivos, para ilustrar esta concepção da representação.

FIGURA 1  
(Moscovici, 1984 a, p. 62)



A primeira experiência, de Leyens *et al.* (e.g. Leyens, 1985), segue o paradigma experimental dos estudos de Snyder e Swann (1978) sobre a confirmação de hipóteses. Nesta experiência, os sujeitos devem, na sequência de procedimentos que aqui se podem omitir, solicitar informação que lhes permita o diagnóstico de um entrevistado como introvertido ou extrovertido. Acontece que os sujeitos experimentais foram previamente levados a crer, nuns casos, que se encontravam em presença de um indivíduo introvertido e, noutros, que estavam face a um extrovertido. Os sujeitos podiam escolher doze perguntas de entre uma lista de 24, metade das quais orientadas para o diagnóstico da introversão e a outra metade para o da extroversão. Pois bem, os sujeitos que esperavam encontrar um introvertido colocavam questões relacionadas com a introversão, enquanto os que esperavam encontrar um extrovertido seleccionavam as perguntas que permitiam o diagnóstico da extroversão. Em sentido estrito, esta experiência é uma das muitas que põem em evidência as estratégias de confirmação de hipóteses. Contudo, ela coloca, igualmente, um problema mais global: uma vez criada uma representação acerca de um outro, essa representação passa a constituir

esse outro e orienta a interacção por forma a atribuir foros de realidade ao que é representação. Como dizemos na comunicação quotidiana: *Eu não te tinha dito que ele era mesmo assim?!*

Farina *et al.* (1978) realizaram uma série de estudos sobre as implicações comportamentais das concepções sobre a doença mental. Dois grupos distintos de estudantes eram confrontados com duas concepções diferentes sobre a doença mental, qualquer delas, contudo, saliente na nossa cultura. Segundo uma dessas teorias, a doença mental deve ser considerada como orgânica. A outra concepção da doença mental apresentada identifica-a com perturbações na aprendizagem. Os autores puderam constatar que os sujeitos a quem foi induzida a concepção orgânica da doença mental inferiram, contrariamente aos da concepção dinâmica, que os doentes mentais pouco ou nada podiam fazer para ultrapassar a doença. Num outro estudo, os autores constataram ainda, através da análise dos diários dos sujeitos, que aqueles que aprenderam a concepção orgânica manifestavam um menor controlo sobre os seus próprios problemas pessoais.

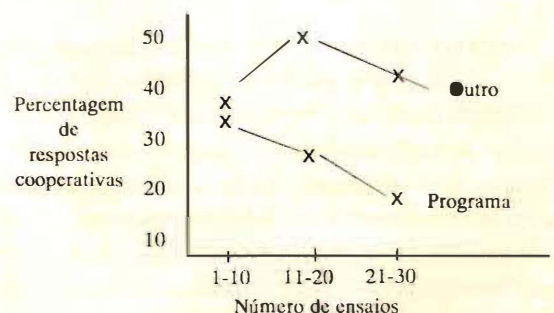
Estes resultados põem, uma vez mais, em evidência como as representações são factores produtores de realidade, com repercussões na forma como interpretamos o que nos acontece e acontece à nova volta, bem como sobre as respostas que encontramos para fazer face ao que julgamos ter acontecido. Uma vez constituída uma representação, os indivíduos procurarão *criar* uma realidade que valide as previsões e explicações decorrentes dessa representação (Moscovici e Hewstone, 1984).

Qualquer das duas experiências apresentadas não foram pensadas no quadro específico do problema em análise, mas os resultados obtidos são claramente legíveis à luz do conceito de representação apresentado. Vale a pena, contudo, ilustrar o problema com uma experiência na qual uma representação é especificamente manipulada.

Abric *et al.* (1967) propuseram-se estudar o efeito da representação de que é portador um

sujeito acerca do seu parceiro numa situação de jogo, sobre as estratégias comportamentais adoptadas por esse mesmo sujeito. A experiência realizada foi pensada no quadro de uma interacção que tinha por base matrizes do dilema do prisioneiro, sendo induzidos nos sujeitos dois tipos de representações sobre o parceiro. Numa condição experimental, os sujeitos pensavam interagir com uma máquina programada, noutra condição supunham que o parceiro era um estudante tal como eles. Com base em estudos anteriores, era possível saber que a ideia de *máquina* como parceiro sugeria incontroabilidade e impossibilidade de influenciar a direcção das suas respostas, enquanto a ideia de parceiro como *um outro* sugeria reciprocidade e possibilidade de uma interacção humanizada. Assim, embora as respostas efectivas, do parceiro-máquina ou do parceiro-outro, fossem as mesmas, supunha-se que a primeira condição experimental suscitaria estratégias mais defensivas e menos cooperativas, enquanto na segunda as respostas cooperativas seriam as mais frequentes. Os resultados são apresentados na figura 2.

FIGURA 2  
Evolução temporal das respostas cooperativas  
(Abric, 1987, p. 129)



De acordo com a hipótese formulada, não é a resposta efectiva do parceiro que orienta a estratégia dos sujeitos, mas a representação que estes constroem do tipo de parceiro com quem estão a interagir.

Entendida desta forma, a *representação é sempre a representação de qualquer coisa*. Ela exprime a relação de um sujeito com um objecto, relação que envolve uma actividade de construção, de modelização e de simbolização. Simultaneamente, esta concepção da representação envolve a ideia de um sujeito autor e actor (Piaget, 1926-1976) — *a representação é a expressão de um sujeito*. Dito de outra forma, a representação não é um reflexo de um objecto, mas um produto do confronto da actividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantém com o objecto (Abric, 1987)<sup>2</sup>.

O estudo da actividade representativa de um sujeito pode ser apreendida através de diferentes níveis de análise e perspectivas: estudo das estruturas e processos cognitivos em sentido restrito, ou sejam, os que se reportam às actividades de codificação, descodificação e memorização (e.g. Markus e Zajonc, 1985); estudo dos mecanismos motivacionais que orientam a dinâmica da actividade cognitiva e a dinâmica das relações entre estruturas cognitivas, perspectiva que orientou o New Look (Bruner, 1951); e, ainda, o estudo dos investimentos pulsionais e fantasmáticos presentes na actividade cognitiva e simbólica e desenvolvido pelas correntes de orientação freudiana (e.g. Kaes, 1976). No caso do estudo das *representações sociais*, o nível de análise que se salienta é aquele que reenvia o sujeito para as suas pertenças sociais e para as actividades de comunicação, e a representação para a sua funcionalidade e eficácia sociais.

## b) *A representação como representação social*

Em que sentido se fala, pois, de representação social? E em que medida tal sentido oferece bases para a construção de um conceito específico, no quadro dos conceitos já produzidos para enunciar diferentes tipos de estruturas cognitivas? É este o problema que agora se analisa.

Se se utilizar um *critério quantitativo*, dir-se-á que uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos. Quer dizer, não estão em causa representações idiosincráticas, que tornam um indivíduo diferente e único relativamente a outros indivíduos, como, por exemplo, as representações de que Kelly (1955), em contexto clínico, se ocupou, mas representações partilhadas, comuns a diferentes indivíduos. Este critério é, contudo, insuficiente para dar conta do conceito de representação social porque nada diz sobre o seu modo de construção. Utilizando um *critério genético*, dir-se-á que uma representação é social no sentido em que é colectivamente produzida: as representações sociais são um produto das interacções e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, reflectindo a situação desse grupo, os seus projectos, problemas e estratégias. Este segundo critério põe assim em evidência os fenómenos de constituição social das representações, e entende-as como resultado da actividade cognitiva e simbólica de um grupo social.

Finalmente, as representações sociais revestem uma funcionalidade específica:

«Contribuir para os processos formadores e para os processos de orientação das comunicações e dos comportamentos» (Moscovici, 1961, p. 307).

<sup>2</sup> Esta posição teórico-epistemológica sobre a representação está mais próxima de um modelo representacional da actividade cognitiva do que do modelo construtivista, tal como é definido por K. Gergen (1988). Contudo, e como se verá mais adiante, o conceito de representação social tem-se aproximado progressivamente mais do construtivismo, como observa M. Gergen (1989).

«Resolver problemas, dar forma às relações sociais, oferecer um instrumento de orientação dos comportamentos, são razões poderosas para edificar uma representação social» (Moscovici, 1961, p. 309).

Este terceiro critério, o da *funcionalidade*, contribui de forma decisiva para a diferenciação das representações sociais. Elas oferecem programas para a comunicação e a acção, relativamente aos objectos que constituem interrogações para um grupo. Dito de outra forma, as representações sociais são teorias sociais práticas. Ou, como refere Jodelet (1984), são um saber prático. Ou ainda, na expressão de Doise (1990), são os

organizadores das relações simbólicas entre actores sociais.

É no quadro definido por uma partilha colectiva, mas sobretudo por um modo de produção socialmente regulado e por uma funcionalidade comunicacional e comportamental, que as representações sociais devem ser entendidas como fenómeno e como conceito.

c) *As representações sociais como problema social e objecto de investigação*

De há trinta anos a esta parte, o conceito de representação social interessou um vasto número

## AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA INTERACÇÃO QUOTIDIANA

«Nos países comunistas e socialistas, os indivíduos têm o seu campo de actividade muito restringido ou são mesmo vistos como servidores do Estado. Os bens de consumo elementar são reduzidos e as desigualdades sociais são grandes. Os membros da nomenclatura têm direito a dois pares de sapatos, o povo apenas tem direito a um par ou, em muitos casos, a nenhum. Mas — pior — para o povo apenas é produzido um único tipo de pares de sapatos, ou seja, um único modelo e um único tamanho. É surpreendente ver pessoas cujos pés mal cabem nos sapatos, e pessoas com sapatos que lhes caem dos pés.»

*De uma aula de História americana num liceu da Florida, 1989.*

\*  
\* \*

«Uma das coisas que mais me surpreenderam ao visitar Portugal foi encontrar tantas referências à colonização inglesa. As senhoras juntam-se nos cafés para tomar chá e comer *scones*. Há imensos carros ingleses. Vocês ainda conduzem à esquerda, não é verdade?»

*Conversa de um psicólogo social holandês com um psicólogo social português, 1990.*

\*  
\* \*

«A psicanálise é tão infernal como a confissão, é um assalto à alma.»

«Gostaria que os padres se fizessem psicanalisar. Isso servir-lhes-ia para a confissão.»

«A psicanálise está ligada ao capitalismo, ao americanismo, tem como finalidade afastar os operários da luta de classes, dado que considera os conflitos sociais como comportamentos neuróticos.»

«A psicanálise pode servir aos comunistas para inculcar à força doutrinas e trabalhar as massas.»

*(Extractos de respostas a perguntas abertas no questionário do estudo de Moscovici (1961) sobre a psicanálise)*



de psicólogos sociais, sociólogos e antropólogos. Tomando este conceito mais como um estímulo heurístico do que como um espaço conceptual bem delimitado e inserido numa teoria com contornos bem definidos, tem-se procedido à interrogação das teorias do homem comum sobre problemas tão salientes como a saúde/doença (Herzlich, 1969), a doença mental (Ayestaran, 1985; De Rosa, 1987; Jodelet, 1989 b), a violência (Vala, 1981), a justiça (Faugeron e Robert, 1976; Marques *et al.*, 1986), o grupo e a amizade (Flament, 1982; Kaes, 1976); ou sobre o trabalho (Duveen e Shields, 1985), o desemprego (Marques, 1983), os sistemas tecnológicos (Grize *et al.*, 1988; Elejabarrieta, 1987), os sistemas económicos e as relações económicas (Emler e Dickinson, 1985; Belleli *et al.*, 1983; Vergès, 1987; Bertie *et al.*, 1982), os conflitos sociais e as relações intergrupais (DiGiacomo, 1980; Litton e Potter, 1985); e ainda sobre grupos ou categorias sociais como a criança (Chombart de Lauwe, 1971; Vala, 1978), a mulher (Aebisher, 1985; Amâncio e Soczka, 1986), os quadros (Bolstanski, 1982), os psicólogos e a psicologia (Soczka, 1988; Palmonari *et al.*, 1987), etc.

Ao apresentar esta longa e incompleta lista de domínios<sup>3</sup>, objectos ou problemas para a compreensão dos quais o conceito de representação social foi julgado útil, visa-se mostrar como se está em presença de um campo de investigação vivo e orientado para a interrogação das interrogações do nosso tempo. Mas um segundo objectivo presidiu à selecção das obras referidas: mostrar a pluralidade metodológica, temática e conceptual deste campo de pesquisa. Por outro lado, e percorrendo a literatura nesta área, poderão agrupar-se as principais questões analisadas nas categorias seguintes:

- A inscrição social e a natureza social das representações sociais, enquanto fenómenos de cultura, de linguagem e de comunicação

em estreita ligação com as estruturas sociais e as próprias representações sobre essas estruturas;

- Os conteúdos e a organização interna das representações sociais enquanto modalidade de conhecimento que envolvem um sujeito e um objecto, e actividades de construção, expressão, interpretação e simbolização;
- A função social e a eficácia social das representações sociais, enquanto modalidades de conhecimento prático e instrumental;
- O estatuto epistemológico das representações sociais, enquanto conhecimento de senso comum, na sua dupla referência à ciência e a outras modalidades de conhecimento.

Enquanto conteúdo e processo, a ideia de representação social remete desta forma para um fenómeno psicossocial complexo, cuja riqueza torna difícil a produção de um conceito que o delimite e simultaneamente não esbata a sua multidimensionalidade:

«Se é fácil dar-mos conta da realidade das representações sociais, não é fácil defini-las conceptualmente. Há muitas razões para que assim seja. Há razões históricas, de que se deverão ocupar os historiadores. E há razões não históricas que finalmente se reduzem a uma só: a sua posição “mista”, na confluência de conceitos sociológicos e psicológicos. É nesta confluência que teremos de nos situar» (Moscovici, 1976, p. 39).

Esta posição de Moscovici, mais tarde reforçada pela ideia de que as definições operacionais do conceito podem bloquear a sua capacidade heurística (Moscovici, 1985), não tem constituído um obstáculo à investigação teórica e empírica neste domínio. É verdade que o leitor se confrontará hoje não com uma noção imprecisa, mas com uma multiplicidade de definições polissémicas do conceito. Exactamente o que aconteceu com os conceitos de cultura (e.g. Kroeber e Kluckhohn,

<sup>3</sup> Para uma bibliografia muito completa sobre as representações sociais, veja-se Jodelet (1989 a).

1952) e atitude (e.g. Campbell, 1950), relativamente aos quais, desde muito cedo, foram recensadas dezenas de definições. No domínio das representações sociais, o que tem ocorrido é a produção de definições conceptuais que recortam, no vasto mar do problema, dimensões e aspectos específicos, tendo presente os propósitos também específicos de cada investigação. O que é de relevar, contudo, é o facto de tais definições incluírem na maioria dos casos conceitos de *médio alcance* (por exemplo, atribuição, crença, atitude, esquema, opinião, etc.) de âmbito psicológico ou psicossociológico, cuja articulação o campo de problemas enunciado pelo conceito de representação permite, e simultaneamente, remeterem para conceitos de âmbito sociológico ou antropológico tão ou mais vastos do que o próprio conceito de representação (ideologia, cultura, *habitus*, sistema de valores, etc.), relativamente aos quais o conceito de representação confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articuladoras do velho binómio indivíduo-sociedade.

## 2. Formação das representações sociais

A constatação de que o meio envolvente é também um meio teórico, onde circulam teorias e doutrinas sobre as grandes questões que os indivíduos se colocam e que são expressão das respostas que souberam encontrar, representa uma concepção nova sobre o homem, as relações sociais e a estrutura social. Constatado o fenómeno, importa colocar novas questões. Como se formam as representações sociais, que factores as sustentam e estão na sua génese? Esses factores são de duas ordens: processos sociocognitivos e factores sociais. Tentar-se-á articular estas duas instâncias, mas este objectivo, aliás complexo, supõe que analiticamente se comece por as separar.

### 2.1. Processos sociocognitivos

Ao analisar a formação das representações sociais, Moscovici (1961) explicita dois processos maiores: a *objectivação* e a *ancoragem*<sup>4</sup>. Embora estes dois processos estejam intrinsecamente ligados e não sejam sequenciais, vamos expô-los de forma autónoma.

#### a) A objectivação

A objectivação diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se formam expressões de uma realidade vista como natural.

Este percurso envolve três momentos. Num primeiro, as informações, crenças e ideias acerca do objecto da representação sofrem um processo de selecção e descontextualização. O que está em causa é a formação de um todo relativamente coerente, implicando que apenas uma parte da informação disponível acerca do objecto seja útil. No caso do estudo de Moscovici sobre a representação da psicanálise, um dos elementos-base desta teoria é *esquecido*: a *libido*. De facto, a evocação deste elemento forte da teoria psicanalítica entra em contradição com as normas sociais dominantes, o que quer dizer que o processo de selecção e reorganização dos elementos relativos a um objecto não é neutro ou aleatório mas tem subjacente normas e valores. Neste sentido, as representações podem ser consideradas como uma expressão do que Piaget (1951) enunciou como pensamento sociocêntrico — elas exprimem e servem interesses e valores grupais.

Esta primeira etapa do processo de objectivação remete-nos para os estudos de Allport e Postman (1945-1965) sobre os rumores, estudos paradigmáticos do ambiente teórico em que Mos-

<sup>4</sup> Uma aprofundada exposição do processo de ancoragem é apresentada num texto teórico de Moscovici de 1984 a (pp. 28-45). Particularmente interessante é a articulação entre os dois processos, objectivação e ancoragem, proposta por aquele autor (1988, cap. VIII) num comentário aos estudos de Simmel sobre o dinheiro.

covici iniciou os primeiros trabalhos sobre as representações sociais.

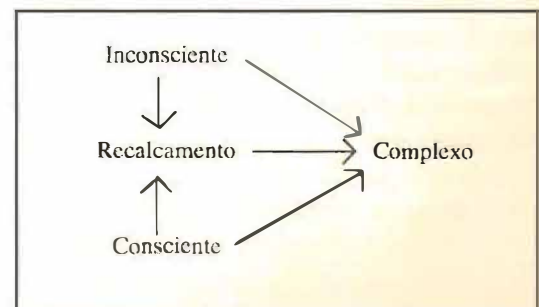
Tal como na análise da representação da psicanálise, estudo príncipes neste domínio, também no caso dos rumores se dispõe de um ponto de partida com o qual é possível confrontar o ponto de chegada, o que, aliás, não sucede na maioria das representações. Ora, no estudo sobre os rumores, Allport e Postman constatarem como os elementos de uma mensagem são objecto de *redução*, por forma a torná-la mais breve e aparentemente mais precisa, ou seja, mais comunicável e útil. Contudo, esta redução é acompanhada de uma *acentuação*. Quer dizer, se certos elementos são esquecidos, outros são desenvolvidos, majorados e tornados nucleares na nova mensagem. Se se atender à natureza dos elementos que são objecto de acentuação, e tal como observam Allport e Postman, verifica-se que são muitas vezes de natureza explicativa, fornecem o porquê e oferecem uma conclusão. A nova mensagem não é assim apenas objecto de simplificação, mas de uma nova estrutura capaz de explicar e avaliar. Se a redução e a acentuação são processos de selecção, resta saber quais os critérios que a regem. Neste caso, Allport e Postman falam do processo de *assimilação*, que, como se verá adiante, é de alguma forma equivalente ao processo de *ancoragem* de que fala Moscovici.

Em Allport e Postman, a acentuação é um princípio organizador. Da mesma forma, para Moscovici, a segunda etapa da objectivação corresponde à organização dos elementos, à sua *esquematisação estruturante*. *Esquema* ou *nó figurativo* são os conceitos a que recorre este autor para evocar o facto de as noções básicas que constituem uma representação se encontrarem organizadas por forma a constituírem um padrão de relações estruturadas. Por exemplo, no caso da representação da psicanálise são retidas quatro noções-chave — consciente, inconsciente, recalçamento, complexo. As relações entre o inconsciente e o consciente são vistas como conflituais e é no quadro desse conflito que ganham sentido

o recalçamento e os complexos, e toma forma uma «nova» teoria psicanalítica.

Resta enunciar a última etapa do processo de objectivação: a *naturalização*. É esta nova etapa que confere novidade à teorização de Moscovici relativamente a Allport e Postman e a outras reflexões sobre os processos perceptivos disponíveis no início dos anos 60. O que agora se acentua é o facto de os conceitos retidos no esquema figurativo e as respectivas relações se constituírem como categorias *naturais* e adquirirão materialidade. Não só o abstracto se torna concreto através da sua expressão em imagens e metáforas, como o que era percepção se torna realidade, tornando equivalentes a realidade e os conceitos. O senso comum é aqui descrito como *antinominalista*: a cada palavra corresponde um objecto e cada imagem tem a sua contrapartida na realidade (Ibáñez, 1988). No caso da psicanálise, por exemplo, o inconsciente já não é uma ideia mas uma entidade inquestionável. Socorramo-nos de outro exemplo. Lembre-se a velha metáfora orgânica: partilhar tal metáfora, expressão de uma teoria sobre as relações sociais, permite tornar naturais a ordem social, as divisões funcionais e hierárquicas. É tão aberrante pedir ao estômago que realize as funções do cérebro, como imaginar um operário investido das funções de patrão. Não é só aberrante, é antinatural. Note-se ainda como a defesa

FIGURA 3  
Esquema figurativo da representação social  
da psicanálise  
(Moscovici, 1961, p. 313)



dos valores sociais passa pela sua naturalização enquanto categorias descritivas da natureza humana: para os partidários da livre iniciativa económica, esta é um atributo da natureza humana; para os partidários da igualdade, esta é também um atributo da natureza humana.

## b) A ancoragem

Com o conceito de ancoragem pretende Moscovici referir uma segunda categoria de processos associados à formação das representações sociais. Se se tentar uma analogia cronológica, dir-se-á que a ancoragem precede a objectivação, por um lado, e que, por outro, se situa na sequência da objectivação.

Enquanto processo que precede a objectivação, a ancoragem refere-se ao facto de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: quando um sujeito pensa um objecto, o seu universo mental não é, por definição, uma *tábua rasa*. Pelo contrário, é por referência a experiências e esquemas de pensamentos já estabelecidos que o objecto em questão vai ser pensado. No caso da representação da psicanálise, Moscovici constatou que esta se constitui por referência a tipologias de categorias sociais e de acontecimentos. Se a imagem da psicanálise ancora na categoria *os ricos*, a representação que a partir daí se desenvolve é diferente daquela que ocorre quando essa ancoragem se regista sobre a categoria *os intelectuais* ou *os americanos*.

Ainda no quadro dos estudos sobre os rumores, Allport e Postman falam, a este propósito, do processo de *assimilação*, processo que resulta da atracção exercida sobre uma mensagem pelos «hábitos, interesses e sentimentos». E se estes autores evidenciam, nomeadamente, o papel da motivação e dos conteúdos já adquiridos no processo de assimilação, não deixam de referir também o papel de mecanismos mais estritamente

cognitivos como o princípio gestaltista da *boa forma*. Hoje dir-se-ia que, nesta primeira acepção, a ancoragem refere o duplo e simultâneo efeito que conteúdos e processos relativos ao funcionamento do sistema cognitivo, nomeadamente os processos de categorização, exercem sobre a objectivação e as etapas que envolve.

Numa segunda acepção, e enquanto processo que segue a objectivação, o conceito de ancoragem refere a função social das representações:

«Se a objectivação explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto termos da realidade, a ancoragem permite compreender a forma como eles contribuem para exprimir e constituir as relações sociais» (Moscovici, 1961, p. 318).

De facto, as representações sociais oferecem uma rede de significados que permitem a ancoragem da acção e a atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos, factos sociais. Uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto.

Os fenómenos descritos através do conceito de ancoragem são próximos dos que alimentam o conceito de categorização. Lembre-se que as teorias sobre o processo de categorização<sup>5</sup>, entre as quais a teoria de Rosch (1978), partem de um pressuposto comum – a gestão do fluxo de informações que atravessa o nosso quotidiano faz-se através da mobilização de uma estrutura semântica organizada em categorias. Conhecer é, então, classificar e dar um nome – rótulos e um conjunto de classes é o que oferece um sistema de categorias. Ora, como faz notar Moscovici (1984 a), um sistema de classificação não é um produto do acaso, é o produto de uma teoria. As representações sociais serão assim o quadro no interior do qual adquirem sentido os sistemas de categori-

<sup>5</sup> O papel do processo de categorização na configuração das representações sociais foi discutido por vários autores (e.g., Moscovici, 1981; Leyens, 1985; Semin, 1989).

zação. Classificar uma pessoa como neurótica, pobre ou liberal não é constatar um facto, é atribuir uma posição numa taxonomia que decorre de representações sobre a doença mental, a natureza humana ou a natureza das relações sociais.

Neste sentido, a ancoragem, como a categorização, funciona como estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens. O processo é, contudo, mais complexo. A ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas. Tomemos um exemplo. Ao estudar a representação da psicanálise, Moscovici pôde verificar como para alguns dos inquiridos se registava uma associação entre a psicanálise e a confissão. A confissão, enquanto representação já constituída, pôde assim servir de ancoragem à elaboração de uma nova representação. Contudo, a própria representação da confissão sofrerá mudanças decorrentes da nova representação cuja formação permitiu. É neste sentido que o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo. Desta forma reencontramos o modelo genético de Piaget (1976): num primeiro momento, verificam-se reacções de *assimilação* tendentes a incorporar o novo objecto no sistema de categorização já existente; num segundo momento, verificam-se reacções de *acomodação* nesse mesmo sistema de categorização.

## 2.2. *Factores sociais e construção das representações sociais*

Pensamos ter enunciado com clareza suficiente que os processos de objectivação e ancoragem são processos sociocognitivos, ou seja, processos cognitivos regulados por factores sociais. De facto, o que distingue as perspectivas analíticas sobre a ancoragem das perspectivas sobre a categorização prototípica é a acentuação, a que as primeiras procedem, do tipo e do modo segundo o qual os factores sociais influenciam a construção do meio,

enquanto as segundas se centram na análise das estruturas e dos processos cognitivos *internos* (Semin, 1989).

Importa, contudo, avançar na relação entre representações sociais e relações sociais. Na verdade, se se pretende «compreender a evolução, a organização do conteúdo e a extensão» de uma representação, é necessário integrá-la como elemento da dinâmica social, olhá-la como «determinada pela estrutura da sociedade onde se desenvolve» (Moscovici, 1961, p. 337). Este é um primeiro pressuposto a considerar. O segundo é o de que a estrutura social remete para clivagens, diferenciações, relações de dominação. É então possível pensar que tais clivagens e diferenciações se irão reflectir na construção de diferentes representações sociais de um mesmo objecto. O terceiro pressuposto põe em evidência o facto de as diferenciações no campo social se registarem pelo menos a dois níveis (Moscovici, 1961): *a*) o nível das condições socioeconómicas e, *b*), o nível dos *sistemas de orientação*, desde as normas e valores mais persistentes, a atitudes e motivações específicas, sendo que o segundo nível não pode ser reduzido ao primeiro ou considerado isomórfico daquele. No estudo de Moscovici sobre a psicanálise, as diferenças de opiniões e imagens são constatáveis não só em função do grupo profissional dos respondentes, como também em função das suas crenças, referências ideológicas e valores. A pluralidade das clivagens socioeconómicas e dos quadros de referência normativo-valorativos é enorme e pode ser desde logo associada à pluralidade de representações sobre um mesmo objecto, mediante o seu reflexo nas condições que afectam a emergência de uma representação social. Moscovici enunciou três dessas condições — a dispersão da informação, a focalização e a pressão para a inferência (Moscovici, 1961, p. 361):

- *A dispersão da informação* reenvia para um desfasamento quantitativo e qualitativo entre a informação disponível e a informação

necessária para a compreensão sólida de um problema ou de um objecto. Mais, a informação que circula não é sempre claramente definida, é na maioria dos casos ambígua, imprecisa <sup>6</sup>. Este desfasamento não é independente das clivagens sociais: não só a informação não circula da mesma forma, como não circula o mesmo tipo de informação em todos os grupos sociais, como ainda a ambiguidade da informação não se manifesta da mesma forma para todos;

- *A focalização*: os recursos educativos, os interesses profissionais ou ideológicos parametrizam a focalização dos indivíduos em diferentes domínios do meio e gerem a pertinência da elaboração de uma representação ou de uma representação mais sólida ou mais fluida acerca de um dado objecto;
- *A pressão à inferência*: entre a constatação de um fenómeno e a necessidade de tomada de posição sobre ele vai um lapso de tempo mínimo. A posição a tomar não é, contudo, uma qualquer, deve servir objectivos individuais ou grupais. Tal facto exige que os indivíduos e os grupos disponham de recursos que lhes permitam produzir uma opinião não só rápida mas também conforme às suas estratégias. Esses recursos são, em grande parte, as representações a que o fenómeno em causa faz apelo, e que reflectem o posicionamento social dos indivíduos na sua relação com um grupo e de um grupo na sua relação com outros grupos.

O jogo destes três factores regula a emergência e o funcionamento das representações (Moscovici, 1961), mas, quanto a nós, reflecte igualmente a forma como as clivagens sociais se repercutem na constituição das representações sociais.

Como o leitor se terá dado conta, a orientação proposta sobre a forma como as relações sociais se repercutem nas actividades de representação, vai no sentido de acentuar como as determinações sociais conduzem à pluralidade de representações sobre um mesmo objecto. Coube a Doise (1973, 1983), situar com toda a clareza a análise das representações sociais no quadro das relações sociais e especificamente no quadro das relações entre grupos, ou seja, associar os dois fenómenos na sua mútua determinação. É no prolongamento das perspectivas abertas por este autor que aqui se propõe a articulação das diferenciações sociais com a pluralidade de representações. Retoma-se este problema no ponto seguinte e na segunda parte do capítulo.

### 3. As funções das representações sociais

Falámos das representações sociais como um saber funcional ou teorias sociais práticas. É esta a questão de que agora nos vamos ocupar. Note-se, contudo, que, se Moscovici (1961) inclui na própria definição das representações sociais a expressão da sua multifuncionalidade, não teorizou suficientemente este aspecto como o fez relativamente a outros. A análise desta questão socorrer-se-á, pois, de outros contributos teóricos no domínio das representações sociais.

#### a) *Representações sociais e organização significativa do real*

Esta primeira função das representações é coincidente com a função atribuída a outros conceitos e processos, como o de atitude e categorização. Contudo, no quadro das representações

<sup>6</sup> Será interessante estabelecer aqui uma ponte com a teoria da comparação social de Festinger (1954), teoria que é constituída a partir da hipótese da ambiguidade da informação social. Ora esta ambiguidade é uma das raízes de uma realidade socialmente construída.

sociais, as atitudes constituem uma das suas dimensões, a dimensão avaliativa, e é nesse quadro que aquelas ganham sentido enquanto geradoras de juízos avaliativos sobre o meio. Quanto ao processo de categorização, ele representa um dos processos cognitivos associados à constituição de uma representação, mas é simultaneamente a representação que oferece o sistema de significações no qual uma estrutura de categorias ganha sentido.

A atribuição de sentido aos objectos e acontecimentos sociais que as representações sociais propiciam está assim em forte conexão com o facto de elas constituírem um sistema de interpretação, no quadro do qual o meio envolvente se torna não estranho e coerente. Mas esta atribuição de sentido não funciona como algo exterior à estrutura social, ela é incorporada e objectivada na própria estrutura social. Pode então dizer-se que as «representações sociais contribuem para constituir o objecto do qual são uma representação» (Ibáñez, 1988, p. 37), ou, parafraseando Giddens (1984), poderá afirmar-se que as teorias dos actores sociais, ou representações sociais, são um dos constituintes das instituições e estruturas sociais.

### b) *Representações sociais e comunicação*

Um sistema de categorização e de interpretação comuns e uma linguagem partilhada são condições para que a comunicação se possa processar. As representações sociais são assim o suporte básico dos actos comunicativos (e.g. Rimé, 1984). E o que fazemos quando comunicamos? Descrevemos, avaliamos, explicamos. Mas o que caracteriza o modo de funcionamento de uma representação social é a transformação da avaliação em descrição e da descrição em explicação (Moscovici e Hewstone, 1984). Situando a função das representações sociais nas actividades comunicativas, descobrimos a sua centrali-

dade na orientação das actividades avaliativas e explicativas.

Será ainda importante fazer a este propósito uma outra observação: os actos de comunicação não são sempre, ou não são só, actos de partilha de consensos, são muitas vezes actos de debate, de discussão e argumentação no interior dos grupos ou entre grupos. Imaginem-se dois membros de grupos sociais diferentes com diferentes posições face à justiça, ou dois membros de um mesmo grupo social conversando sobre a justiça e a paz. Em qualquer dos dois casos, assistir-se-á ao desenrolar de uma argumentação que envolve a negação dos pontos de vista do outro e a gestão de dilemas decorrentes de pontos de vista antagónicos sobre um mesmo objecto ou da tensão entre representações – por exemplo, justiça e paz (Billig, 1988). Comunicar argumentando é activar e discutir representações.

Os problemas levantados por esta nova questão são uma nova forma de situar a gestão das representações no contexto da comunicação, mas são igualmente uma maneira de situar o papel da comunicação (Billig *et al.*, 1988) e da linguagem (Rommetveit, 1984) na génese e dinâmica das representações.

### c) *Representações sociais e comportamentos*

Na obra apaixonante de Jodelet (1989 b) sobre a construção da representação da doença mental numa comunidade onde há dezenas de anos os doentes mentais vivem com as famílias de uma aldeia, a autora pôde constatar dois comportamentos diferenciados face a dois tipos de *sujidade*: a urina e as fezes, por um lado, e a saliva e a transpiração, por outro. De facto, as mães de família ocupam-se da roupa dos doentes mentais que sofrem de enurese e encoprese como se se tratasse da roupa de quaisquer outros doentes. Contudo, todos os objectos que podem ter sido tocados pela saliva do doente mental são separados e lavados à

parte. Cada família dispõe mesmo de um talher e de um prato que são do doente e de mais ninguém:

«Ele acabou de beber água e depois quis dar de beber à pequena pelo mesmo copo (...). Foi preciso que eu me zangasse para o impedir de fazer isso.»

«A doença não é contagiosa, mas há quem dê beijos a uma criança com grande facilidade e isso eu não posso permitir.»

«Sempre fiz assim, lavo a louça deles à parte. Quando à tarde estão a trabalhar e vêem beber, tenho os copos deles. Não bebem nos mesmos copos que nós» (Jodelet, 1989 b, p. 326).

A compreensão daquelas duas modalidades de resposta torna-se possível no quadro de antigas concepções sobre o corpo e sobre as *secreções vivas* (a saliva, nomeadamente) e as *excreções mortas* (urina e fezes). Estas últimas são rejeitadas pelo corpo depois de terem sido assimilados os seus princípios activos. Enquanto as primeiras podem ser perniciosas, as segundas são inócuas ou têm mesmo propriedades curativas (a urina pode cicatrizar as feridas ou diminuir a dor provocada pela picada de um peixe-aranha... a tosse convulsa pode ser curada inspirando o odor de estrume de vaca).

Estaríamos aqui em presença de um bom exemplo de como uma representação sobre o corpo que os entrevistados não são capazes de verbalizar, o que indicia tratar-se de uma representação não consciente, orienta os seus comportamentos. Como mostraram Nisbett e Wilson (1977), não somos, muitas vezes, bons relatores dos nossos comportamentos e das suas causas.

Contudo, nos estudos experimentais sobre a relação entre representações e comportamentos realizados nos inícios dos anos 70 (e.g. Codol, 1972; Abric, 1987), estão em causa representações que os próprios sujeitos controlam e na base das quais seleccionam as respostas que julgam mais adequadas. De forma controlada ou automática, e consciente ou não consciente, um grande

número dos nossos comportamentos corresponde às nossas representações. Avancemos um pouco mais na discussão deste problema.

Começemos por uma distinção analítica, proposta por Nuttin (1972), entre *comportamentos situacionais*, em que o papel das mediações cognitivo-avaliativas é mínimo e o papel dos factores situacionais se encontra maximizado; e *comportamentos representacionais*, determinados no mínimo pela situação concreta na qual ocorrem e no máximo por factores pré-situacionais, que relevam do nível das atitudes e das representações. Quando se fala da funcionalidade das representações enquanto orientadoras dos comportamentos, estamos a referir-nos aos comportamentos representacionais. Especificamente, referir-nos ao nível de análise da acção que põe em evidência o facto de as representações: a) incluírem modos desejáveis de acção; b) proporcionarem a constituição do significado do objecto estímulo e da situação no seu conjunto; e c) permitirem dar um sentido ao próprio comportamento, facultar a sua leitura à luz de uma representação, escondendo muitas vezes a possibilidade de leitura da acção enquanto acção situacional, para a tornar um reflexo ou manifestação de uma representação.

No quadro destes parâmetros, tem-se acentuado, sobretudo, que as representações sociais constituem uma orientação para a acção na medida em que modelam e constituem os elementos do contexto em que um comportamento terá lugar (Moscovici, 1976). Ou seja, a acção envolve um sistema representacional, uma rede de representações que ligam o objecto e o seu contexto. Algumas das experiências de Codol (1972) sobre as relações entre representações e comportamentos incidem exactamente sobre o papel da representação da tarefa, do outro e do grupo, enquanto elementos da situação, e das interdependências entre estas representações, na organização dos comportamentos.

Neste primeiro nível, a relação entre as representações e a acção supõe a concepção do sujeito como actor. Ora, em certas situações, a acção é



menos o resultado de um projecto do que de factores externos e pressões situacionais. Nestes casos, enquanto analista e não enquanto actor (Beauvois e Joule, 1981), o sujeito faz corresponder, *a posteriori*, à acção uma representação que lhe permite dar sentido ao comportamento observado. As experiências sobre a dissonância cognitiva (veja-se o capítulo sobre as atitudes) podem constituir um bom exemplo de como, através de uma actividade cognitiva pós-comportamental, os sujeitos atribuem uma base atitudinal ao seu comportamento, quando na verdade, em tais situações, não é esse o caso.

#### d) *Representações sociais e diferenciação social*

Como se tem assinalado de diversas formas, se a especificidade da situação de cada grupo social contribui para a especificidade das suas representações, a especificidade das representações contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos sociais (Moscovici, 1961). Este posicionamento situa as representações sociais no contexto dos fenómenos de diferenciação social e identidade social (vejam-se os capítulos sobre a identidade social e as relações intergrupais).

Comecemos por salientar como as relações intergrupais modelam as representações. Socorrendo-se de estudos dos anos 50 e 60, Doise (1973) ilustrou como a dinâmica das relações entre grupos conduz a modificações adaptativas nas representações e à atribuição ao outro grupo de características que permitem o desencadeamento de comportamentos discriminatórios, ao mesmo tempo que justificam esses comportamentos. Por exemplo, se os alunos brancos subestimam os resultados escolares dos negros e os polícias brancos sobrestimam a criminalidade negra, tais opiniões justificam comportamentos de segregação. Mas, por outro lado, as representações imprimem direcção às relações intergrupais: previamente à interacção, cada grupo

dispõe já de um sistema de representações que lhe permite antecipar os comportamentos do outro e programar a sua própria estratégia de acção.

Mais tarde Doise (1983), ao formular a sua teoria sobre a diferenciação categorial, distinguirá três níveis nas relações entre grupos — o nível comportamental, o avaliativo e o nível das representações, que articulará, pressupondo que a mudança num destes níveis será acompanhada de mudanças correspondentes nos restantes. Ou seja, mais uma vez se procura desenvolver a hipótese de que, por um lado, e ao nível da sua determinação, as representações se estruturam de acordo com as estratégias grupais, e de que, por outro, e ao nível da sua funcionalidade, as representações servem e justificam comportamentos e avaliações.

## II. O advento da era das representações sociais

*A ilusão mãe (madre) desta ilusão.*  
(in *Fausto*, F. Pessoa)

Tomamos como título desta segunda parte do capítulo uma expressão de Moscovici (1982). Esta expressão serviu ao autor para veicular duas ideias — a importância do fenómeno das representações sociais nas sociedades de hoje e a importância do conceito de representação social no quadro de novas e desejáveis orientações para a psicologia social. Nesta segunda parte do capítulo, visamos abrir algumas pistas de interrogação sobre os percursos históricos do conceito e questionar as suas possibilidades de articulação com algumas das posições hoje dominantes na visão dominante da psicologia social.

## 1. Uma nova alquimia – a transformação do velho em novo

O conceito de representação social é ainda hoje um conceito minoritário e dominado, e durante muitos anos coincidiu com a *dissidência de um só*<sup>7</sup>. Entre 1961, data da publicação da obra príncipes de Moscovici, e 1973, data da publicação em inglês do estudo de Herzlich sobre a representação social da saúde e da doença, o conceito permaneceu como um conceito paroquial, mas não de uma paróquia qualquer. É um conceito parisiense, mas não de Paris-Texas, com todas as consequências que daí advêm no quadro de uma disciplina cujo tempo longo, embora radique na Europa, tem como tempo breve e dominante a América do Norte. É apenas na década de 80 que o conceito de representação social adquire alguma fluidez na língua científica universal, o inglês, o que lhe permite adquirir alguma respeitabilidade. Respeitabilidade acrescida, se se pensar que no colóquio sobre as representações sociais realizado em Paris em 1979, e cujas comunicações foram publicadas cinco anos mais tarde pela Cambridge University Press, quarenta por cento dos participantes eram ingleses e americanos. De então para cá, e como se mostrou, o conceito expandiu-se e pôde dar forma a um novo movimento heurístico em psicologia social. Se se pode falar de uma psicologia social europeia (veja-se o capítulo sobre a história da psicologia social), isso em muito se deve ao estudo das representações sociais, embora tal estudo em muito deva, nas suas orientações, à criação da ideia de uma psicologia social europeia. É interessante constatar como este vírus atinge agora a reflexão epistemológica americana sobre a psicologia (e.g. Sampson, 1989).

### a) Durkheim e o conceito de representação colectiva

Em 1898, Durkheim publicava um artigo sobre as representações colectivas e individuais, retomando e sistematizando ideias que já formulara no *Suicídio* (1897-1977) e nas *Regras do Método Sociológico* (1895-1984). Nestes textos de Durkheim uma das preocupações centrais consiste em justificar a especificidade e a autonomia dos fenómenos sociológicos. Esta preocupação, que hoje não constitui problema, era, à época, objecto de grande empenhamento intelectual. Nessa altura a sociologia era uma disciplina minoritária e em construção. As críticas de Durkheim a Tarde são um bom exemplo da efervescência do combate intelectual em torno dos primados do psicológico e do sociológico.

Para Durkheim (1897-1977), a vida social é «essencialmente formada de representações» (p. 366), as quais são representações colectivas que, apesar de comparáveis às individuais, são radicalmente distintas e exteriores a elas (Durkheim, 1898, p. 274). Embora com toda a prudência, a leitura das obras referidas leva-nos a dizer que, para Durkheim, as representações colectivas são produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores, servem a coesão social e constituem fenómenos tão diversos como a religião, a ciência, os mitos e o senso comum. Ora este conceito de Durkheim, longamente esquecido pela sociologia, constituiu o ponto de partida para uma abordagem psicossociológica do pensamento social. O desenvolvimento deste objectivo conduziu, contudo, a reformulações consideráveis daquele conceito.

Aceite a ideia de que as representações colectivas se geram na interacção social, à abordagem psicossociológica importa mostrar através de que

<sup>7</sup> Esta é a expressão utilizada por Moscovici (1979) para se referir a Soljenitsine, enquanto exemplo de uma minoria activa.

processos (cognitivos e sociais), e através de que modalidades de articulação entre processos, tais representações se constituem. Em segundo lugar, no estudo das representações enquanto objecto da psicologia social, a autonomização das representações colectivas relativamente às individuais não constitui um problema, o problema a estudar é outro — como se transformam as representações individuais em colectivas e as representações colectivas em individuais (Moscovici, 1984 b). No quadro desta dinâmica de articulação, os processos comunicacionais ocupam um lugar central e as representações colectivas perdem o seu carácter de exterioridade face aos indivíduos. Por outro lado, o problema da coesão e da integração social não é, para a psicologia social, neste contexto, um problema base. De facto, as representações de que se ocupa maioritariamente esta disciplina não são entendidas como indiscutíveis mas como objecto de controvérsia e de conflito na comunicação quotidiana. É, pois, no quadro do conflito e do dissenso que se poderá compreender como as representações «se aproximam e se excluem, se fusionam umas nas outras ou se distinguem», problema que já Durkheim (1895-1984, p. 19) definia como importante. Finalmente, no contexto da sociedade de hoje e das suas particularidades, a compreensão do fenómeno das representações colectivas aconselha restrições no âmbito do conceito. Trata-se de reconhecer a especificidade de diferentes modalidades de conhecimento, como o científico, o religioso, o mágico, o ideológico, reservando-se a utilização do conceito de representação colectiva para referir o conhecimento produzido e accionado na comunicação quotidiana e que se poderia designar por senso comum<sup>8</sup>. Mas esta restrição do âmbito do conceito abre a formulação de um novo problema — como se transforma uma mo-

dalidade de conhecimento numa outra, problema que apenas se encontra esboçado no que toca à transformação do conhecimento científico em senso comum (Moscovici e Hewstone, 1984).

O abandono da designação representação colectiva e a sua substituição pela designação representação social pretende servir o enunciado das problemáticas referidas.

b) *Representações sociais, construção social da realidade e sociologia do conhecimento quotidiano*

A proposta de Durkheim no sentido do estudo das representações, tal como o fez para o caso da religião (Durkheim, 1912-1979), foi longamente esquecida<sup>9</sup>. Provavelmente, tal dever-se-á ao peso que assumiu progressivamente o conceito de ideologia no conjunto das ciências sociais enquanto expressão única do pensamento quotidiano dos indivíduos e dos grupos. Mas deverá sublinhar-se que foi também a emergência do conceito de ideologia e a sua teorização que permitiram a associação entre as condições sociais de existência e a dinâmica da produção intelectual, ideológica e institucional: «Não é a consciência do homem que determina a sua existência, pelo contrário, é a sua existência social que determina a sua consciência» (Marx, 1859-1973, p. 28).

Este pressuposto de Marx, alargado e reformulado, viria a marcar longamente a sociologia do conhecimento, disciplina cujo objecto «consiste em explorar a dependência funcional de cada posição intelectual da realidade diferenciada do grupo social que lhe está subjacente, e que se coloca a tarefa de traçar a evolução das várias posições» (Mannheim, 1925-1967, p. 80). E é também um pressuposto importante na análise das represen-

<sup>8</sup> Várias vezes, ao longo do capítulo, se utiliza a expressão *senso comum*. Dados os múltiplos significados atribuídos na literatura a esta expressão, remete-se o leitor para um texto de Fletcher (1984).

<sup>9</sup> A importância do simbólico na obra de Durkheim é analisada num interessante texto de Deutcher (1984) sobre as confluências entre aquele autor e o interaccionalismo simbólico.

tações sociais enquanto «princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas no conjunto das relações sociais» (Doise, 1990). Contudo, uma análise do conhecimento na vida quotidiana não se esgota no estabelecimento de relações mas ou menos deterministas entre esse conhecimento e as inserções socioestruturais. Hipóteses para uma formulação mais ampla do problema são formuladas por Gurvitch (1966) e, particularmente, por Merton, para quem o projecto de uma sociologia do conhecimento é indissociável da compreensão dos mecanismos sociopsicológicos que subjazem à produção do conhecimento: «Estudar as variações (do pensamento) em públicos concretos, explorar os seus critérios distintos de conhecimento válido e significativo, relacionando-os com a sua posição no contexto social, e examinar os processos sociopsicológicos de obtenção de determinados modos de pensar constituem o percurso que fará a pesquisa em sociologia do conhecimento passar do plano da imputação geral ao de análises empíricas verificáveis» (Merton, 1945-1967, p. 118). Ora, como exemplo de um tal trajecto, Merton aponta a obra de Mead (1934-1963), marco na constituição da perspectiva hermenêutica nas ciências sociais, no quadro da qual a realidade age através da interpretação que dela produzem os actores sociais.

A redescoberta da obra de Mead permitiu de facto novos avanços na sociologia do conhecimento de que são expressão, entre outros, Berger e Luckman (1967). Segundo estes autores, a realidade é socialmente construída e a sociologia do conhecimento deve analisar não só os processos através dos quais ocorre a construção da realidade social como também os processos através dos quais o conhecimento se objectiva, institucionaliza e legitima. Podemos dizer que o conceito de representação social serve exactamente estes propósitos, articulando dinamicamente instâncias sociológicas e psicológicas. Na primeira edição da *Imagem da Psicanálise*, Moscovici não poderia, como é evidente, referir-se a uma obra, a de Berger e Luckman, que apareceria cinco anos depois, mas

fá-lo na edição de 1976. Ele jabarrieta (1990) sintetiza bastante bem os aspectos em que se entrecruzam a obra de Moscovici e a obra de Berger e Luckman: a) o carácter generativo e construtivo do conhecimento quotidiano; b) a natureza social do conhecimento enquanto construção, o que passa por uma análise dos actos de comunicação e da interacção entre indivíduos, grupos e instituições; c) a importância da linguagem e da comunicação como mecanismos através dos quais se transmite, cria e objectiva a realidade.

### c) *De Wundt e McDougall à articulação psicossocial*

Se atendermos à história da psicologia social de Allport (1954), encontramos o conceito de representação colectiva de Durkheim e a psicologia dos povos de Wundt agrupados num mesmo capítulo dedicado ao «espírito do grupo» (*group mind*), problema enunciado numa obra com o mesmo título por McDougall.

McDougall é-nos familiar através da sua *Introdução à Psicologia Social* (1908), obra de inspiração darwinista, mas é pouco conhecido o seu trabalho sobre o *group mind* (1920), conceito com base no qual analisa problemas como a moral, o nacionalismo e o carácter nacional. Este conceito designa a ideia segundo a qual a interacção entre os indivíduos produz formas de pensamento e acção diferentes daquelas que se obteriam se produzidas por indivíduos isolados. Esta hipótese, que orientou estudos mais recentes sobre a *orientação para o risco* e a *polarização* (capítulo sobre os processos intragrúpicos), pressupõe o reconhecimento de um nível analítico que a psicologia social ignoraria durante muito tempo e que cedo foi combatido por F. Allport: «A nacionalidade, a maçonaria, o catolicismo, etc., não são espíritos colectivos (*group minds*) ... são conjuntos de ideias, pensamentos e hábitos repetidos no espírito de cada indivíduo e que existem apenas nestes espíritos» (citado por G. Allport, 1954). Não foi assim sem razão que Durkheim repetiu, longa-

mente, argumentos em favor de outro tipo de representações que não apenas as representações individuais, argumentos que a redução psicologizante da psicologia social ignorou, apesar de bastante cedo a mesma ideia ter sido formulada no seu próprio interior (McDougall, 1920; Fouillée, 1908; Thomas e Thomas, 1928). Independentemente da discussão em torno do estatuto epistemológico de *group mind*, o que importa aqui reter é a possibilidade de se considerar um nível analítico das representações que não se esgota na actividade cognitiva individual.

Por outro lado, assim como, habitualmente, não associamos o conceito de *group mind* a McDougall, também não associamos Wundt à psicologia social. Na nossa memória, Wundt é apenas o fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig e não o autor da *Volkerpsychologie* (psicologia dos povos ou social). Contemporâneo de Durkheim, Wundt entendia que a psicologia tinha dois grandes domínios – a psicologia fisiológica e a psicologia social, e a esta última dedicou os últimos anos da sua vida. O objecto da psicologia social ou dos povos seria o estudo da origem do pensamento social nas suas múltiplas manifestações, problema de que a psicologia fisiológica não poderia dar conta dada a natureza colectiva do pensamento social e a sua ligação à linguagem e às instituições sociais.

O que surpreende em McDougall e Wundt é o facto de ambos dividirem claramente a sua obra em objectos psicológicos que consideram dissociados. Se em Durkheim as representações colectivas constituem um sinal da irredutibilidade do social ao individual, para McDougall e Wundt o pensamento colectivo constitui o fundamento para uma psicologia social, autónoma da psicologia. Seria necessário esperar mais uma década para que os primeiros ensaios de articulação psicossociológica emergissem: Bartlett (1932) e os seus estudos sobre a memória, que articulam estruturas cognitivas e quadros sociais; Piaget (1932), que articula as estruturas de desenvolvimento intelectual e as concepções dominantes do bom e

do mau na sua obra sobre o *Juízo Moral na Criança*; Mead (1934/1963), que articula símbolos, representações e interacções comunicativas. É, também, nesta tradição de análise do pensamento social no interior da psicologia, que procede primeiro por distinção de níveis analíticos e depois por articulação, que se inscreve o conceito de representação social.

#### d) *O New Look e a percepção social*

Bruner (1951, 1957) é comumente apontado como o pai do New Look no estudo da percepção. Segundo este autor, a percepção deve ser entendida como o resultado da acção de dois tipos de factores – *factores autóctones*, relativos às características do estímulo e à estrutura da informação, e *factores comportamentais* relativos aos aspectos motivacionais, emocionais e sociais do indivíduo. Contrariamente às orientações precedentes no estudo da percepção, o New Look acentuará a relevância da análise do segundo tipo de factores, salientando a dimensão social do sujeito cognoscente e conferindo atenção não só aos processos mas também aos conteúdos cognitivos.

Por outro lado, para Bruner (1957), a categorização constitui um dos processos através dos quais se manifesta a actividade estruturante do sujeito na percepção. Quando um organismo é estimulado por um objecto exterior, reage associando-o a uma categoria de estímulos, ao mesmo tempo que lhe atribui as características da categoria no qual o inclui. Para Allport e Postman (1945-1965), os processos de redução e assimilação constituem também uma expressão da actividade do sujeito na percepção. A abordagem da percepção pelo New Look representa, desta forma, uma primeira análise sistematizada do papel dos sujeitos e das variáveis intra-individuais e sociais na reconstrução dos objectos, mas no quadro de um paradigma que é ainda de tipo S-O-R, ou seja, que considera a existência de uma realidade objectiva e independente da actividade cognitiva dos indivíduos.

O corte com o paradigma do New Look e a sua progressiva substituição por modelos de tipo O-S-O-R, far-se-á num duplo contexto: no início da década de 60, nos Estados Unidos, com a obra de Jones e Davis (1965) sobre a atribuição e a inferência, que marca o início da *cognição social*; e na mesma década, na Europa, com a obra de Moscovici (1961) sobre as representações sociais, obra que marca a abertura do paradigma da *société pensante*. Curiosamente, um e outro destes dois novos movimentos apresentam como raiz comum as investigações de Heider (1944, 1958) sobre a *psicologia ingénua*.

### e) *Heider e Ichheiser*

Relativamente ao New Look, a obra de Heider difere fortemente no tocante à concepção dos indivíduos enquanto produtores de conhecimento. Naquele movimento, o sujeito cognoscente produz um conhecimento quente, distorcido e cuja lógica não lhe é transparente. Em Heider (1944, 1958), o homem comum constrói uma teoria psicológica, largamente inferencial e explicativa e que, independentemente da sua correcção, deve ser entendida como um elemento importante na determinação do seu comportamento e das relações interpessoais. Segundo Heider, a psicologia científica deveria, aliás, aprender com a psicologia do senso comum. Mas a produção desta psicologia ingénua faz-se para este autor no quadro das relações interindividuais, sem que os quadros sociais em que tais relações ocorrem sejam tomados em consideração. Pode, aliás, entender-se que aquela decorre sobretudo de mecanismos motivacionais — a necessidade de o homem crer na sua capacidade para dominar o meio e a necessidade de tornar o meio coerente e estável.

Ichheiser (e.g. Rudminetal *et al.*, 1987), um colega de Heider em Graz e, tal como ele, posteriormente emigrante nos Estados Unidos, propõe outras bases para o entendimento da psicologia de senso comum: ela releva de processos de interpre-

tação socialmente regulados e a sua compreensão impõe que se ultrapasse o nível dos processos cognitivos e motivacionais intra-individuais. Comparemos as reflexões de Ichheiser (1949) e Heider (1958) sobre a saliência dos factores disposicionais nas explicações causais quotidianas.

Para Heider (1958), a conclusão de que um comportamento se deve a causas internas ou disposicionais é, no senso comum, o resultado da exploração activa de hipóteses de associação progressivamente mais fortes entre a acção e o actor, no termo da qual se torna patente a intencionalidade do actor e a ausência de pressões situacionais. Em Ichheiser, a atribuição de causas internas, e sobretudo a sua prevalência sobre os factores situacionais posteriormente constatada experimentalmente (Ross, 1977), é uma consequência de uma matriz de pensamento liberal, segundo a qual é o que somos enquanto indivíduos, e não os factores sociais, que explica os nossos comportamentos. Da mesma forma, para Ichheiser, a atribuição do sucesso a aptidões individuais deve ser compreendida no quadro de um discurso social que visa justificar as desigualdades sociais. À procura da lógica do raciocínio causal no senso comum, Ichheiser contrapõe a funcionalidade do pensamento desse senso comum na justificação da ordem social.

A teoria das representações sociais deve a Heider a ideia de que os indivíduos pensam e a Ichheiser a ideia de que o pensamento dos indivíduos deve ser compreendido num contexto que é social e no quadro de uma funcionalidade que é também social. Ao propor a expressão *société pensante* para situar o problema de referência das representações sociais, Moscovici (1984a), como muito bem observam Billig *et. al.* (1988), questiona as teorias que ignoram que os indivíduos pensam e o peso do pensamento dos indivíduos na constituição da sociedade, e questiona, simultaneamente, as teorias que ignoram o contexto social no qual os indivíduos pensam e o peso desse contexto na modelação do pensamento.

## 2. Pensamento social e cognição social

Nas páginas precedentes enunciaram-se algumas pistas de análise sobre o interesse de diferentes pioneiros da psicologia social pelos fenómenos de que se ocupa hoje o conceito de representação social. Situemo-nos agora nos anos 60.

A década de 60 é ainda largamente marcada pelo New Look, mas encerra já as bases da revolução cognitiva que viria a marcar, nos anos 80, a psicologia social. De uma *análise dinâmica*, na qual se enquadram, por exemplo, as teorias da dissonância e do equilíbrio, passa-se a uma *análise estrutural* das propriedades das cognições; e um largo esforço conceptual e empírico é dirigido para a compreensão dos fenómenos cognitivos, independentemente das explicações motivacionais e emocionais (Markus e Zajonc, 1985). Ora, quando nos Estados Unidos se passa do New Look à cognição social, emerge na Europa o conceito de representação social.

Assinalem-se, então, as principais diferenças entre as orientações da cognição social e as orientações na análise do pensamento social, em que é nuclear o conceito de representação social:

- a) Nas representações sociais, o estudo dos conteúdos e a sua articulação com contextos históricos e configurações culturais ou ideológicas é um problema nuclear. Na cognição social, os conteúdos não são, geralmente, relevantes, na medida em que se visa a elucidação de processos universais. No estudo das representações sociais, os conteúdos não só são valorizados como se pressupõe uma articulação entre processos e conteúdos. Enquanto aqui se trabalham *conteúdos quentes*, ali analisam-se *estruturas frias*;
- b) Na cognição social, as questões fundamentais centram-se em torno dos processos internos através dos quais o conhecimento se forma e se transforma. Nas

representações sociais, o acento tónico é colocado nos processos de interacção e influência que orientam a constituição, a dinâmica e a plasticidade do pensamento do senso comum. O *social* não evoca tanto partilha de conhecimentos, mas um factor gerador de conhecimento;

- c) Nas representações sociais, o plano cognitivo é articulado com os planos avaliativo e emocional. As correntes ainda dominantes na cognição social procuram prescindir das emoções, ainda que neste momento se façam alguns esforços no sentido da interligação das cognições, emoções e motivações;
- d) A cognição social é orientada pela tradição *molecular* em psicologia — compreender o conhecimento equivale a descrever sucessivos processos e estruturas *simples*. As representações sociais concebem o pensamento social como *molar*, articulado e envolvendo configurações de conhecimentos.

Ao escolhermos estes tópicos para diferenciar estas duas perspectivas teóricas, não o fizemos por acaso. Procurámos diferenciações em campos que constituem hoje zonas críticas da cognição social (e.g. Bart-Tal e Kruglanski, 1988).

Contudo, se a acentuação das diferenças tem constituído uma estratégia de enunciação da originalidade da teoria das representações sociais (Moscovici, 1981; Semin, 1989), a procura do entrecruzamento temático e conceptual destas duas perspectivas de análise da construção social da realidade poderá ser benéfica para ambas (Codol, 1984; Jahoda, 1988; Páez *et al.* 1987; Augustinos e Innes, 1990).

Já num texto anterior sobre o conceito de representação social defendemos a ideia de uma articulação entre o paradigma da cognição social e as representações sociais, mostrando como ao accionar esse último conceito se conseguia um olhar novo sobre os problemas formulados e

analisados no quadro daquele paradigma (Vala, 1986 a). Ostrom (1981, citado por Devine e Ostrom, 1988), defendeu que a relevância de uma nova orientação teórica pode ser avaliada pela sua capacidade em desafiar explicações anteriormente aceites, resolver controvérsias, integrar tópicos empíricos diversos, identificar novas variáveis independentes e dependentes e predizer novos tipos de relações entre fenómenos. Ora no texto que citámos, mostrávamos como o conceito de representação social permitiu uma nova abordagem dos fenómenos do equilíbrio cognitivo (Flament, 1982), das teorias implícitas de personalidade e da percepção de pessoas (Leyens, 1985, 1987; Paicheler, 1984) e, sobretudo, dos fenómenos de atribuição causal (e.g. Hewstone, 1989) e de autopercepção (Doise, 1990).

Propomo-nos agora desenvolver um pouco mais este posicionamento, que reconhece a diferenciação entre cognição social e representações sociais e, simultaneamente, propõe a sua articulação.

#### a) *Representações sociais e esquemas*

Codol (1984) defendeu a importância de uma perspectiva mais cognitiva na análise das representações sociais:

«Quanto mais estão em causa os mecanismos e os processos através dos quais as representações são elaboradas e comunicadas, mais a sua compreensão deve ser situada numa dupla e complexa perspectiva que envolve, por um lado, as relações interpessoais e intergrupais e, por outro, os mecanismos mais específicos de natureza cognitiva através dos quais os indivíduos primeiro percebem e depois reconstruem a realidade» (p. 241).

Esta busca de articulação entre níveis de análise constitui, aliás, o cerne da matriz epistemológica

que orienta o projecto da psicologia social (Doise, 1982), e deverá por isso ser incentivada neste como noutros domínios da análise psicossociológica. Particularmente frutífera poderá ser a articulação entre o conceito de representação social e o conceito de esquema<sup>10</sup>.

Ambos os conceitos são enquadráveis numa mesma perspectiva metateórica de análise do conhecimento social. Se considerarmos que, na psicologia de hoje, ainda se reflecte a velha oposição filosófica entre os discípulos de Locke e os de Leibniz, poderá então dizer-se que qualquer daqueles dois conceitos está mais próximo deste último. Lembre-se que Locke afirmava que nada podia haver no espírito que não tivesse passado pelos sentidos (*nikil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*). Contra Locke, Leibniz defendia: nada, salvo o próprio espírito (*excipe: nisi ipse intellectus*). Se, para Locke, o organismo reage apenas quando estimulado, para Leibniz o organismo é fonte de auto-actividade. Os modelos de tipo S-R ou S-O-R, em psicologia, são representações da actividade cognitiva de tipo lockiano. Contrariamente, os conceitos de esquema e de representação social supõem que a actividade cognitiva e simbólica corresponde aos modelos O-S-O-R, cuja analogia com as posições de Leibniz é evidente. É neste mesmo sentido que no interior da cognição social se estabelecem diferenças entre os modelos que pressupõem um tratamento da informação orientado por *teorias* (*theory driven structures*) e os modelos segundo os quais são os *dados* (*piecemeal processes/data-driven*) que orientam o processamento (Fiske, 1986). Os conceitos de esquema e representação social são ambos conceitos que pretendem enunciar o papel determinante das estruturas cognitivas na produção do conhecimento social, são ambos conceitos de tipo *theory-driven*. Em segundo lugar, quer os esquemas sociais quer as representações sociais são vistos como produto de

<sup>10</sup> Dado que em nenhuma parte do manual se discute sistematicamente o conceito de esquema, recomenda-se o capítulo sobre este conceito no manual de Fiske e Taylor (1984) sobre cognição social.



um mesmo processo básico – a categorização (e.g. Lévens, 1985). E, em ambos os casos, o processo de categorização não é restringido à organização do meio, mas é igualmente entendido como princípio organizador das relações entre os agentes sociais.

Ao acentuar os aspectos comuns destes dois conceitos, visa-se mostrar que eles são articuláveis, o que supõe, ao mesmo tempo, que mantêm diferenças. Vejamos algumas dessas diferenças.

Se ambos os conceitos são do tipo *theory-driven*, o conceito de esquema vê o conhecimento mais como resultado de um *processamento de informação*, onde interagem dados e teorias, enquanto o conceito de representação social acentua as dimensões do conhecimento que relevam da *aplicação de teorias*, esquecendo como e de que forma essas teorias são activadas pelos *dados*. Assim, ao passo que os fenómenos conhecidos por *erros* ou *enviesamentos* (e.g. Markus e Zajonc, 1985) são entendidos, nas teorias sobre os esquemas, como o resultado de um processamento incorrecto da informação, no quadro de análise das representações sociais esses mesmos fenómenos são o resultado da utilização de teorias implícitas. Mas provavelmente nem todos eles podem ser interpretados desta mesma forma. Basta pensar nas *heurísticas* estudadas por Tversky e Kahneman (1988), cujo entendimento corresponde melhor aos pressupostos do conceito de esquema do que aos pressupostos do conceito de representação social. Aliás, a teoria dos esquemas concebe até a possibilidade de nem todo o conhecimento ser de orientação esquemática. Segundo Fiske (1986) e outros autores (Lindzey e Norman, 1980; Forgas, 1985), poder-se-á pensar que, em certas condições, o processamento da informação é orientado por esquemas e, noutras os *dados* ocupam o papel determinante. A análise das condições em que cada um destes modelos teóricos se revela ecologicamente mais válido é um problema em aberto, embora sobre ele seja possível formular hipóteses com alguma consistência (Fiske,

1986). Da mesma forma, será útil saber quando, ou em que condições, os indivíduos recorrem às representações sociais e quando, ou em que condições, elas não são úteis ou a sua utilização é mesmo impossível.

Disse-se que quer os esquemas quer as representações sociais são conceitos que enunciam estruturas cognitivas. Contudo, se a pesquisa na área dos esquemas se tem debruçado sobre a organização interna destas estruturas, este problema não tem merecido o mesmo investimento no domínio das representações sociais, excepção feita aos trabalhos de Abric (1984) e Flament (1989) sobre a hipótese de que os elementos de uma representação se organizam de forma hierárquica em torno de um *nó central*. Ora se a compreensão dos mecanismos de natureza mais estritamente cognitiva tem constituído uma importante área de pesquisa sobre os esquemas, a dimensão social do seu conteúdo e a articulação do conteúdo com as formas de estruturação dos esquemas tem sido pouco estudada. Relativamente a este problema, a pesquisa sobre as representações sociais poderá contribuir para uma abordagem mais social dos esquemas, aliás de acordo com a conceptualização que lhe atribuiu Bartlett (1932), o pai longínquo do conceito. Como refere, aliás, Semin (1989), este conceito está em Bartlett mais próximo do conceito de representação social do que das suas actuais utilizações.

Retomando o propósito de Codol (1984), se o conceito de representação social deve abrir-se à investigação em cognição social, o de esquema deve abrir-se à investigação sobre as representações sociais.

#### b) *Processos de atribuição e representações sociais*

As teorias hoje clássicas sobre a atribuição são apresentadas num capítulo específico deste manual. Mas, no quadro dos problemas que estamos

a analisar, cabe agora perguntar se, e em que medida, os processos de atribuição podem ser lidos à luz das representações sociais.

Desde muito cedo, vários autores europeus procuraram conferir ao estudo da atribuição uma dimensão mais social (Deschamps, 1973), associando este fenómeno, nomeadamente, aos processos de categorização social e às relações intergrupais, o que era facilitado por alguns dos primeiros estudos neste domínio (Taylor e Jaggi, 1974; Duncan, 1976; Thibaut e Riecken, 1955; Deaux e Emswiler, 1974), que desde logo se afastaram de uma perspectiva estritamente cognitiva. Mais tarde, Jaspars e Hewstone (1984) viariam a referir as representações sociais no contexto de uma análise das dimensões sociais da atribuição.

Considere mos dois caminhos através dos quais podem ser estudadas as relações entre a atribuição causal e as representações sociais.

Num primeiro, as atribuições são vistas no quadro de metarrepresentações sobre o homem. Num segundo, considera-se que as atribuições sobre um comportamento ou fenómeno social devem ser estudadas no quadro das representações específicas sobre o comportamento ou o fenómeno social em causa. Para ilustrar o primeiro caminho, considere-se o chamado *erro fundamental* na atribuição.

Segundo Ross (1977), os indivíduos, ao explicarem um comportamento, cometem muitas vezes um erro fundamental, ou seja, privilegiam as causas internas (disposições, traços de personalidade, atributos pessoais, etc.) em detrimento das causas externas ou de factores situacionais. Esta modalidade de explicação ocorre quer a nível das explicações do comportamento próprio (exemplo: Joule e Beauvois, 1977), quer do comportamento dos outros (exemplo: Jones e Harris, 1967), embora seja mais provável neste último caso (Jones e Nisbett, 1972). Se bem que muitas excepções, que contrariam a regularidade deste princípio organizador das explicações, tenham já sido identificadas (Vala, Monteiro e Leyens, 1988),

foi igualmente possível constatar que são socialmente mais valorizados os indivíduos que preferem recorrer às explicações internas do que aqueles que escolhem as explicações externas (Dubois, 1987; Beauvois e Dubois, 1988). Quer dizer, independentemente do facto de o chamado erro fundamental ser ou não um princípio explicativo largamente utilizado, ele parece obedecer a uma norma social, a norma da internalidade (Beauvois, 1984). Assim, é a valorização social das explicações internas, mais do que a sua efectiva ocorrência, que está aqui em causa.

Qual será a origem desta norma de internalidade? Em nosso entender, ela deve ser procurada numa teoria implícita sobre a pessoa. Examinando a história das ideias acerca da noção de pessoa, Sampson (1989) estabelece uma distinção entre uma concepção pré-moderna do indivíduo, enquanto definido pelos seus papéis no interior da comunidade e pelas relações entre esses papéis (*a pessoa heterónoma*), e uma concepção moderna do indivíduo, enquanto independente e antecedente à comunidade (*a pessoa autónoma*). Esta última concepção sobre a pessoa, de raiz iluminista e liberal, atribui ao homem liberdade de escolha e faz dele um ser autónomo, responsável e independente dos constrangimentos que o cercam. Como propõe Moscovici (1982), é à luz desta concepção da pessoa que podem ser interpretados os resultados das pesquisas sobre o erro fundamental. É, também, no quadro desta representação que emerge a norma da internalidade e a psicologização (Leyens *et al.*, 1987), a qual orienta os processos inferenciais.

Mas há outras teorias implícitas acerca da pessoa que não apenas as duas acima referidas. Consideremos uma terceira teoria, que veicula uma imagem do homem enquanto *indivíduo dominado*. Nesta outra teoria, de inspiração não liberal mas marxizante, o indivíduo é considerado como usurpado da sua capacidade de autodeterminação, a qual poderá reencontrar num novo modelo de sociedade, através da acção colectiva e da sua absorção no seio de uma comunidade de pessoas

iguais e interdependentes. Partindo desta representação da pessoa, os comportamentos individuais e os fenómenos sociais serão sobretudo associados a factores situacionais ou socioestruturais. Muito embora, pois, as explicações de orientação disposicional ou internas possam ser maioritárias e possam mesmo revestir o carácter de uma norma dominante, elas não correspondem senão a um dos tipos de representação sobre a pessoa, conduzindo a partilha da representação do indivíduo enquanto ser dominado à produção de uma causalidade situacional, e a partilha da representação do indivíduo heterónimo à produção de uma causalidade de tipo fatalista, cujas expressões mais correntes são a sorte, o azar, Deus ou o destino. Qualquer destas modalidades de explicação, parecem obedecer, contudo, a um mesmo tipo de funcionalidade – conferir aos indivíduos um controlo (ou ilusão de controlo) sobre os acontecimentos da vida quotidiana. No quadro da representação do indivíduo enquanto autónomo, trata-se de um controlo directo, no caso das duas restantes representações, este controlo é indirecto ou secundário (Rothbaum e Weisz, 1982).

A adopção desta perspectiva de análise do discurso causal quotidiano, embora útil na compreensão das explicações sobre os comportamentos individuais, é particularmente adequada quando estão em causa fenómenos sociais.

Numa pesquisa sobre opiniões e imagens dos jovens, foi possível constatar (Vala, 1986 b) o recurso a dois tipos de modalidades de explicação da realidade portuguesa: uma, a que chamámos moral/psicológica, representada pelo recurso a categorias como os bons/os maus, os honestos/os desonestos, etc.; e outra, a que chamámos socio-económica, representada por categorias como os ricos/os pobres, os capitalistas/os proletários, etc. Embora a primeira seja partilhada por um maior número de inquiridos do que a segunda (o que está de acordo com a saliência da norma da internalidade e das explicações disposicionais), ela é significativamente mais utilizada pelos indivíduos que se auto-identificam com a direita, enquanto a

segunda é mais utilizada pelos que se auto-identificam com a esquerda. São dois modelos de explicação da sociedade que estão em causa e que são, finalmente, paralelos da representação da pessoa como autónoma e da representação da pessoa enquanto ser dominado. Compreende-se assim que os indivíduos que se movem num quadro ideológico que podemos apelidar de direita, e no contexto do qual se foi desenvolvendo a representação da autonomia individual, recorram sobretudo a explicações internas, e que os indivíduos ditos de esquerda utilizem uma grelha causal para o mesmo fenómeno de natureza socioestrutural. Resultados semelhantes foram obtidos, por exemplo, por Furham (1982) e Pandey *et al.* (1982).

Até agora procurámos ancorar os processos de atribuição no quadro de quase metarrepresentações sobre o homem e a sociedade. Dito de outra forma, procurámos mostrar como, a partir de uma *ideia do homem* (da sua entidade ontológica, comportamental, interacional...), o homem é conduzido a filtrar a produção de um conhecimento sobre si próprio (Déconchy, 1987, p. 153), sobre o seu comportamento e o que acontece na sociedade dos homens. Este é um primeiro nível de análise da forma como as representações sociais podem ser convocadas na explicação dos processos de atribuição. Mas, ainda a um outro nível, as representações são importantes neste mesmo processo.

No contexto de um entendimento das representações sociais enquanto teorias práticas sobre objectos sociais particulares, mostrámos como, enquanto teorias, elas envolvem uma dimensão de explicação e argumentação. Ora, quando os indivíduos se questionam sobre fenómenos sociais como a pobreza, o desemprego, a saúde, a violência ou o insucesso escolar, accionam as teorias que colectivamente construíram sobre estes mesmos fenómenos, e é no quadro dessas teorias que procuram e estruturam as explicações.

Numa obra recente sobre a articulação de níveis de análise e a atribuição causal, Hewstone (1989) procede a uma vasta revisão de literatura sobre as

explicações de senso comum relativamente a uma série de problemas sociais, entre os quais a pobreza e o desemprego. São bastantes os estudos realizados sobre as explicações produzidas relativamente a estes fenómenos sociais, mas, para lá da diversidade dos métodos e das amostras, parece ser possível concluir que, no caso do desemprego, existe um predomínio das explicações de tipo social sobre as explicações de tipo individual, enquanto o contrário parece ocorrer, pelo menos tendencialmente, no caso das explicações sobre a pobreza. Em nosso entender, estes resultados podem ser compreendidos como a manifestação de representações sociais relativamente consensuais sobre estes dois fenómenos, embora organizadas em torno de crenças diferentes, e conduzindo por isso a explicações maioritárias de natureza também diferente. Esta hipótese poderia ser eventualmente confirmada caso os estudos realizados não se tivessem limitado a analisar modalidades de explicações, mas antes feito ancorar as explicações estudadas no quadro da representação sobre o desemprego e a pobreza, permitindo assim concluir sobre quais os factores responsáveis por explicações de natureza tão diferente para fenómenos sociais aparentemente tão próximos. Exemplo paradigmático deste tipo de abordagem é o estudo de Herzlich (1969) sobre a representação da saúde e da doença. São aí analisadas as dimensões da significação dos conceitos de saúde e de doença e as suas relações. Ora as categorias que permitem a apreensão da saúde e da doença são já categorias explicativas: o interno/o externo, o são/o doente, o natural/o artificial, o indivíduo/a sociedade. A doença é exógena, externa, associada ao não natural e à sociedade. A saúde é endógena ao homem. As explicações da doença e do indivíduo doente são consequentemente externas: é o modo de vida, a invasão do natural pela artificialidade urbana que engendram a doença.

É neste sentido que se propõe uma análise da causalidade no senso comum não só por referência a metarrepresentações sobre o homem e a socie-

dade mas também por referência a representações especificamente construídas sobre o objecto relativamente ao qual o discurso causal é produzido.

### 3. A construção social das representações sociais

Por várias vezes nos referimos às representações sociais como uma modalidade de conhecimento construída na interacção quotidiana. Esta concepção das representações implica que se formulem algumas hipóteses sobre os entendimentos da interacção social, das suas redes e dos seus quadros sociopsicológicos e sociais. Uma primeira abordagem deste problema foi já proposta no ponto 2.2. da primeira parte deste capítulo. Cabe agora proceder ao seu desenvolvimento, tendo presente, mais uma vez, as vantagens de uma articulação de perspectivas.

#### 3.1. *As pressões para a hegemonia*

A perspectiva teórica que orienta a conceptualização das representações sociais sublinha o papel activo dos actores sociais na sua produção. Mas esta orientação não pode fazer esquecer a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, por um lado, e a dinâmica social no seu conjunto, por outro. Da conjugação destes últimos factores decorrem linhas de força que ajudam a compreender o que podemos designar como pressões para a hegemonia e homogeneização de certas representações sociais, que, finalmente, estão próximas do conceito de representação colectiva de Durkheim. Verifica-se, assim, uma larga permanência temporal de algumas representações como, por exemplo, a representação sobre o trabalho como um dever, geralmente atribuída à ética protestante, mas que penetrou noutros padrões culturais e se mantém relativa-

mente consistente desde há séculos (e.g. Giorgi e Marsh, 1990). Assiste-se, por outro lado, a transformações profundas em certas representações, que só são inteligíveis no quadro de transformações culturais mais vastas, como foi mostrado em estudos sobre a representação da criança e sobre a representação do corpo.

Chombart de Lauwe (1971) pôde verificar que o pensamento social sobre a criança se constitui como contraponto a *este mundo* e simboliza *um outro mundo*, simboliza os paraísos perdidos de cada tempo histórico. Neste caso, as mudanças na representação da criança estarão associadas a transformações no imaginário social, transformações essas ligadas a alterações na estrutura social no seu conjunto. No que se refere à representação do corpo, Jodelet (1976) identificou mudanças, entre 1960 e 1975, em dois dos eixos organizadores dessa representação — o corpo *vivido* e o corpo *pensado*. Ao nível do *vivido*, operou-se uma extensão da consciência corporal, a prevalência do corpo-prazer sobre o corpo mórbido e o declínio da introspecção orgânica em favor de uma orientação para o meio natural e social. Ao nível do corpo *pensado*, verificou-se uma diminuição do interesse pela análise biológica do corpo e um apelo crescente às ciências humanas, permitindo uma leitura do corpo como lugar psicológico e objecto social. Ora a própria autora deste estudo associa estas mudanças às alterações socioculturais que entretanto ocorreram e que se expressaram nos movimentos sociais de 68. Estes dois exemplos ajudam-nos a compreender a inscrição das representações sociais como reflexos de uma ordem social e cultural dominantes.

Insistamos, ainda um pouco mais, sobre a compreensão dos factores responsáveis pela consensualidade alargada de algumas representações ou pelo carácter hegemónico de algumas delas. Vamos referir-nos ao papel dos meios de comunicação social.

A partir dos anos 80, a investigação sobre os meios de comunicação social começou a relati-

vizar os resultados das pesquisas que haviam solidificado a hipótese dos *efeitos mínimos* (e.g. Klapper, 1960), para acentuar o papel da televisão na organização dos ritmos de vida, na activação da saliência de determinados acontecimentos sociais, na produção do esquecimento de outros e, ainda, na construção de atitudes e representações. Os estudos de Gerbner e colaboradores (1980) neste domínio são particularmente elucidativos, tendo mostrado como o número de horas de exposição à televisão está correlacionado com uma representação paranóide do mundo. Esta constatação de Gerbner, apoiada em estudos longitudinais e reforçada por estudos experimentais (Vala, 1984; Monteiro, 1984), parte de uma reflexão no quadro da qual os *mass media*, e especificamente a televisão, são representados como produtores da hegemonia de certas representações sociais, substituindo-se ao papel tradicional das instituições religiosas e de outros aparelhos de controlo social. É neste mesmo contexto que Noelle-Neumann (1984) fala da espiral do silêncio, para referir a dificuldade das pessoas em expressarem outros pontos de vista que não os dominantes, sendo que a televisão é representada como correspondendo aos gostos, opções e pontos de vista da maioria.

Alguns factores de natureza psicossociológica podem ajudar a compreender o papel da televisão na construção de representações hegemónicas. Sabemos que uma representação só adquire foros de verdade e de realidade quando é partilhada. Pois bem, as imagens e as representações veiculadas através do ecrã têm já em si a ideia de consenso, de partilha por uma larga comunidade, o que facilita a adesão conformista. Em segundo lugar, as representações vivem de metáforas, de figurações, de imagens: o carácter «técnico-formal» da televisão, enquanto meio de comunicação, permite fazer corresponder a cada palavra um rosto, a cada conceito e ideia uma imagem. A expansão do audiovisual mergulhou-nos num mundo de rostos, imagens e símbolos, nos quais se inscrevem as ideias mais abstractas, confe-

rindo-lhes a materialidade de que necessitam para viver, reproduzir-se e tornar-se realidade. Lembremos ainda que a construção de uma representação é um processo que, entre outros aspectos, reenvia para as experiências da vida quotidiana e para a actividade cognitiva que os indivíduos a partir daí desenvolvem: o audiovisual é um espaço de vivência de experiências vicariantes. Através do visionamento da acção de um outro, o espectador tem acesso a emoções, experiências e comportamentos que, em certas condições, têm o mesmo impacte que a experiência directa (Bandura e Walters, 1963), e que podem por isso validar, reforçar ou mudar representações. Embora numa proposta muito discutível, já MacLuhan (1968) mostrara como a televisão, enquanto meio frio, engloba o espectador, faz dele um actor presente no ecrã. Fenómeno tanto mais importante quanto, a verificar-se, permite a partilha de um mesmo tipo de experiências a milhões de indivíduos simultaneamente. Finalmente, convocar para a análise deste problema o conformismo, enquanto modalidade de influência social (veja-se o capítulo sobre a influência social), permitirá não só uma melhor compreensão das raízes do fenómeno como também o seu questionamento através da formulação de hipóteses específicas e falsificáveis.

### 3.2. *Diferenciação social e diferenciação das representações sociais*

Num estudo diacrónico, realizado por Maisonneuve (1979), sobre a representação da pessoa, constata-se a ocorrência de fortes mudanças, entre 1957 e 1977, nessa representação. Contudo, estas mudanças não ocorrem de igual forma nos diferentes grupos sociais, sendo particularmente salientes as diferenças entre as representações dos quadros e profissões liberais

e as dos operários e agricultores acerca da noção de pessoa.

No ponto anterior, procurou-se salientar um certo número de mecanismos que podem ajudar a compreender a hegemonia de algumas representações sociais. E enfatiza-se agora a diferenciação das representações enquanto expressão das diferenciações no tecido social.

Numa primeira perspectiva, a diferenciação das representações sociais tem sido associada a diferentes inserções dos indivíduos nos campos das estruturas socioeconómicas e socioculturais.

Sem pôr em causa as virtualidades desta primeira perspectiva, questiona-se a sua capacidade para, por si só, dar conta da complexidade do processo em causa. Aliás, será difícil escapar, nesse quadro analítico, à imagem do homem como «homem-reflexo», no contexto da qual

«os grupos e os indivíduos estão sempre e completamente sob o domínio de uma ideologia dominante, que é produzida e imposta pela sua classe social, pelo Estado, pela Igreja ou pela escola» (Moscovici, 1984, p. 15).

O paradigma da sociedade pensante (Moscovici, 1984 a) parte de outros pressupostos:

«Os indivíduos, longe de serem receptores passivos, pensam por eles próprios, produzem e comunicam incessantemente as suas próprias representações e as soluções para as questões que eles próprios colocam (...). Os acontecimentos, as ideologias e as ciências oferecem simplesmente “um alimento para pensar”» (Moscovici, 1984 a, p. 16).

Contudo, uma vez reconhecido o papel activo dos indivíduos e das redes de interacção na criação das representações sociais, fica em aberto o problema relativo à conceptualização das pertenças sociais que configuram essas redes de interacção. Ou seja, trata-se de saber como teorizar a natureza dos grupos sociais e a intensidade de inclusão dos indivíduos em tais grupos, em articulação com a construção das representações sociais.

Avançamos, então, uma segunda perspectiva, no quadro da qual se poderá compreender a diferenciação das representações sociais.

**a) Categorização social, identidades sociais e representações sociais**

Esta segunda perspectiva parte de hipóteses que têm subjacente um pressuposto mais geral – os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por essas representações que se autoposicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais se produzem e transformam as representações sociais. Quer dizer, por um lado, as representações sobre a estrutura social, enquanto variável independente, suscitam sistemas de categorização ou grupos sociais; mas, por outro, as representações sociais, enquanto variável dependente, são construídas no interior dessas categorias ou grupos sociais. O desenvolvimento de hipóteses a partir deste pressuposto mobiliza dois processos básicos – o de categorização social e o de comparação social. O primeiro permite uma abordagem sociocognitiva dos conceitos de grupo e identidade social; o segundo permite compreender como se estruturam as representações no interior dos grupos sociais.

Tomemos como ponto de partida o processo de categorização. Como se sabe, este processo refere-se à percepção e organização do meio ambiente em classes de objectos, acontecimentos e grupos de pessoas (Rosch, 1978). Numa perspectiva cognitiva, um grupo existe quando os indivíduos integram na sua autodefinição a inclusão numa categoria de pessoas produzida pelo processo de categorização. Esta hipótese situa-se no quadro da teoria da *autocategorização do eu* de Turner *et al.* (1987) e é consentânea com o conceito de identidade social, enquanto reconhecimento da pertença a certos grupos ou categorias sociais, reconhecimento esse que é acompanhado de significações emocionais e avaliativas (Tajfel, 1972).

Por si só, esta posição é redutora na medida em que não considera que um grupo é também construído a partir do exterior, ou seja, das relações que estabelece com outros grupos (Deschamps e Clémence, 1990). Esta ideia foi, aliás, desde muito cedo defendida por Tajfel (1972) quando propôs que um grupo só existe em relação a outros grupos. Numa perspectiva sociocognitiva, então, um grupo existe quando os indivíduos integram na sua autodefinição a pertença a uma categoria social, sendo que esse processo é regulado pela interdependência dos grupos sociais.

A compreensão dos grupos sociais e dos processos de identificação social, na acepção que aqui lhe atribuímos, implica alguns desenvolvimentos.

No que respeita ao tipo de categorias em causa, haverá a tendência para considerar apenas, como observa Mugny (1981), as categorias «realmente existentes» (as mulheres, os negros, os emigrantes, etc.). Trata-se de uma limitação a ultrapassar, na medida em que as virtualidades da hipótese exposta permitem considerar todo o tipo de categorias que os indivíduos considerem relevantes para a sua autodefinição social. Referimo-nos, nomeadamente, a categorias que são elas próprias recortadas na ordem do simbólico, do cultural ou do religioso, como, por exemplo, os marginais, os religiosos, os empenhados socialmente, etc. Vários estudos (e.g. Hooper, 1985) têm mostrado como o entrecruzamento das linguagens quotidianas, económicas, religiosas, administrativas, jornalísticas, etc., produzem uma diversidade imensa de formas de categorização social, cuja acuidade, em termos da identidade social, deverá ser empiricamente avaliada.

Contudo, esta diversidade de formas de categorização não deverá conduzir ao entendimento da identidade social como uma colecção de categorias, mas à hipótese da sua organização dimensional. Neste sentido, não só não será neutro o recurso, por parte dos actores sociais, a um tipo de categorias e não a outro como também não o será a organização dimensional das categorias de per-

tença, produto de diferentes representações sobre a ordem social e as relações sociais.

Se o processo de categorização social permite compreender a construção dos grupos sociais e a identificação com esses grupos, é através do processo de comparação social (Festinger, 1954) que os indivíduos aprendem, integram e avaliam as representações sociais que tornam distinta uma categoria de outra categoria (Turner, 1981). Quando respondem à pergunta «quem sou eu?» os actores sociais não só se atribuem a pertença a uma categoria, como também, e simultaneamente, se atribuem normas, valores de referência e representações. Isto é, a pergunta «quem sou eu?», encerra uma outra: «Que significa ser membro deste grupo?»

A resposta a esta última pergunta não será, porém, necessariamente homogênea para todos os membros de um dado grupo social. A informação que os indivíduos recolherão para responder àquela pergunta será, em muitos casos, ambígua, e o tratamento dessa informação poderá ser feito a partir de quadros de referência diversos. Vejamos um exemplo. Que significa partilhar a identidade de religioso? Significa aderir à representação de um Deus-pai ou de um Deus-irmão? Qualquer uma destas imagens de Deus é discutida pelos que se dizem religiosos, e a adesão a uma delas não será independente da partilha de outras identidades que se auto-atribuem aqueles que se identificam com o grupo dos religiosos. Será, pois, no quadro dum padrão de identificações que os indivíduos construirão a resposta relativa à pergunta sobre o significado de uma identificação particular, quer dizer, sobre quais as representações envolvidas na partilha dessa identificação (Vala, 1989).

Os tipos de respostas possíveis não são, contudo, infinitos. São limitados quer pelas respostas dominantes no interior do grupo, quer por aquelas que são dadas por eventuais minorias activas, quer ainda por aquelas que grupos opostos souberam construir. Isto é, complementarmente à comparação social, os tipos de resposta são regula-

dos pelos processos de influência social e pelas relações intergrupais (vejam-se os capítulos do manual sobre estes dois temas).

Finalmente, dada a multiplicidade de identificações que os indivíduos partilham e a diversidade dos quadros de interacção social, é de supor que um mesmo indivíduo possa comungar de diferentes representações sobre um mesmo objecto, que gerirá em função de factores situacionais e identificações contextuais, o que lhe permitirá comunicar, argumentar e organizar os comportamentos de forma criativa ou adaptativa.

#### **b) Grupos estruturados, conflitos intergrupais e representações sociais**

Para alguns autores, o processo de categorização social é insuficiente para dar conta da constituição dos grupos sociais. Segundo Rabbie e Horwitz (1988), um grupo social deve ser considerado como uma totalidade dinâmica, caracterizada pela interdependência entre os seus membros, enquanto uma categoria social corresponde apenas a uma simples colecção de indivíduos que partilham, pelo menos, um atributo comum. Assim, para aqueles autores, como para um grande número de outros (exemplo: Deutsch, 1968; Sherif, 1967), um grupo só existe quando um colectivo de indivíduos se autopercepcionam como interdependentes e prosseguindo objectivos comuns. Não cabe aqui referir os desenvolvimentos desta polémica. Importa, no entanto, ter presente a existência de duas posições teóricas sobre os grupos sociais (a que enfatiza o processo de categorização e a que dá realce aos fenómenos de interdependência e estruturais – papéis, centros de decisão, etc.). Estas duas posições levam-nos a considerar níveis diversos na apreensão dos grupos sociais: um nível a que corresponderão os grupos *pré-estruturados*, largamente decorrentes dos processos de categorização; e um outro nível, que se constrói sobre o primeiro, a que corresponderão os *grupos estruturados*, em que



são salientes objectivos comuns, interdependência e alguma forma de organização. São exemplos deste último tipo de grupos uma organização partidária de jovens ou um movimento reivindicativo.

A consideração deste tipo de grupos estruturados suscita uma terceira perspectiva de análise da formação e da diferenciação das representações sociais.

No velho texto de McDougall (1920) sobre o espírito do grupo, são apontadas um certo número de condições para que se desenvolvam num grupo o que, na nossa linguagem, poderemos chamar representações partilhadas e diferenciadas face a outros grupos: alguma continuidade na existência do grupo, uma ideia do grupo como totalidade, relações intergrupais que aceleram a identidade grupal, um conhecimento comum de tradições, hábitos e costumes e a organização do grupo com base em papéis interligados. Por outro lado, McDougall sustenta que o espírito do grupo permite a sua continuidade, apesar da rotatividade dos seus membros. Numa outra obra clássica das ciências sociais, *Os Camponeses Polacos na Europa e na América*, de Thomas e Znaniecki (1918-1958), encontramos a ideia de que os membros de um grupo formam atitudes e valores comuns resultantes da partilha de condições de vida também comuns. Caberia, contudo, a Lewin (1947, 1948) teorizar, de forma sistemática, o funcionamento dos grupos estruturados e, nesse quadro, lançar os fundamentos da análise das representações no seu interior: «Parece impossível prever o comportamento grupal sem ter em conta os objectivos do grupo, as suas normas e valores e a forma como o grupo vê a sua própria situação e a de outros grupos» (Lewin, 1947, p. 12). Mais recentemente, Bar-Tal (1989) procedeu a uma ampla revisão de literatura sobre as crenças grupais e sustenta que um dos factores que melhor permitem compreender a emergência e consolidação dessas crenças é o facto de elas conferirem distintividade ao grupo, tornando-se um dos factores constituintes das suas fronteiras.

As representações partilhadas por um grupo social estarão, assim, não apenas associadas à fundação do grupo como também às relações intergrupais.

Os estudos de Sherif *et al.* (1961) conhecidos como a «Caverna dos Ladrões» (vejam-se os capítulos sobre as relações intergrupais) podem constituir um bom exemplo da associação entre as representações e as relações entre grupos, nomeadamente quando estas tomam um carácter conflitual. Nas fases iniciais da experiência de Sherif, a par da constituição da estrutura dos grupos, assiste-se à emergência de crenças e valores que dão sentido à actividade desses grupos. Contudo, este processo torna-se mais dinâmico e diferenciado quando os grupos são chamados a competir, e se produz entre eles um claro conflito de interesses. É, então, que cada grupo desenvolve representações sobre o grupo oposto que orientam e justificam comportamentos discriminatórios e agressões. Esta, como outras experiências clássicas sobre as relações e os conflitos intergrupais (e. g. Doise, 1973), evidenciam sobretudo a constituição de um tipo particular de representações — as que são relativas aos atributos dos grupos, ou estereótipos.

Mas as relações intergrupais não se reflectem apenas nesse tipo de representações, elas são igualmente importantes para a compreensão daquelas que envolvem a distintividade de um grupo e caracterizam o seu campo de acção. A investigação empírica neste domínio é escassa, mas uma experiência de Allen e Wilder (1979) pode ser convocada em favor desta hipótese. Num estudo laboratorial, aqueles autores criaram dois grupos com base em supostas preferências artísticas. Pediram depois aos sujeitos que respondessem a um questionário no qual deveriam exprimir as suas próprias opiniões, as opiniões de um membro do seu grupo e as de um membro do outro grupo. Os resultados mostram que os sujeitos atribuem aos membros do seu grupo opiniões similares às suas e se diferenciam dos membros do outro grupo, mesmo em questões não relativas a

aspectos artísticos, factor com base no qual os grupos haviam sido constituídos.

Concluindo: há representações que se *impõem* aos indivíduos, que são hegemónicas e, em larga medida, indiscutíveis. Mas há também representações discutíveis e discutidas pelos diferentes grupos sociais e cuja consensualidade no interior dos grupos se vai construindo e desconstruindo, a par com a conflitualidade que atravessa as relações sociais e a actividade cognitiva e estratégica dos actores sociais. São estes últimos fenómenos que as hipóteses formuladas sobre a diferenciação social e a diferenciação das representações sociais pretendem elucidar.

## Resumo

A par do desenvolvimento da psicologia social cognitiva nos Estados Unidos e, posteriormente, na Europa, o conceito de representação social e a sua progressiva teorização, reactivando uma velha tradição em psicologia social, abriu espaço a um novo tipo de entendimentos sobre a actividade *cognitiva e simbólica*

dos indivíduos nas suas interacções quotidianas. A formação e o funcionamento das representações sociais, enquanto teorias sociais práticas acerca de objectos sociais particulares, tem subjacente dois processos maiores: a *objectivação* e a *ancoragem*. A objectivação permite compreender como, no senso comum, as palavras e os conceitos são transformados em coisas, em realidades exteriores aos indivíduos. A ancoragem refere a funcionalidade das representações, a sua constituição como um sistema de classificação, explicação e avaliação de pessoas e acontecimentos. Esta dimensão funcional e prática das representações sociais manifesta-se na organização dos comportamentos, nas actividades comunicativas e na diferenciação dos grupos sociais. Na nossa época, as representações sociais assumem, cada vez mais, um carácter de discutibilidade, embora se verifique ainda a existência de representações largamente hegemónicas. As teorias psicossociológicas sobre a construção e o funcionamento dos *grupos sociais* e sobre os fenómenos da *identidade social* constituem um importante factor na compreensão da *diferenciação social* e da dinâmica das representações sociais.